

CONGRESSO NACIONAL**SUMÁRIO****1 – ATA DA 38ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1994****1.1 – ABERTURA****1.2 – EXPEDIENTE****1.2.1 – Discursos do Expediente**

– DEPUTADO NILSON GIBSON – Posição definitiva do Sr. Aluizio Alves, Ministro da Integração Regional, sobre a consolidação do Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco, após encontro previsto com o Ministro Ciro Gomes, da Fazenda. Apoio a decisão do Colégio de Líderes do Congresso Nacional sobre as transferências de recursos para os municípios no exercício de 1994, beneficiando os mesmos.

– DEPUTADO RUBEN BENTO – Atenção do Ministro Aluizio Alves para a regulamentação e instalação de zonas de livre comércio em Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima.

– DEPUTADO REDITÁRIO CASSOL – Previsão de aumento dos salários dos parlamentares. Críticas ao Sistema Eleitoral Brasileiro.

– DEPUTADO ALCIDES MODESTO – Reafirmando compromisso com a classe trabalhadora e com o PT, na renovação do seu mandato. Críticas ao Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

– DEPUTADO PAULO BAUER – Regozijo pelas lições tiradas do último pleito.

– DEPUTADO AÉCIO NEVES – Agradecimentos aos conterrâneos de Minas Gerais pela renovação do seu mandato.

– DEPUTADA MARIA VALADÃO – Parabenizando o País pela escolha de Fernando Henrique Cardoso como novo Presidente. Solidariedade ao Senador Esperidião Amin pela luta na sucessão presidencial.

– DEPUTADO EXPEDITO RAFAEL – Necessidade de fiscalização sanitária animal no Estado de Rondônia. Disseminação da febre aftosa e outras doenças no rebanho bovino rondoniense, por descaso do Secretário da Agricultura do Estado.

– DEPUTADA MARIA LUIZA FONTENELE – Avaliação do processo eleitoral no Ceará e no Brasil.

– DEPUTADO EDEN PEDROSO – Plano de estabilização econômica e o pleito de outubro. Responsabilidade pelo quadro calamitoso da saúde pública no Brasil.

– DEPUTADO HÉLIO BICUDO – Conferência sobre o de-

envolvimento populacional realizada no Cairo, no mês passado. A questão do aborto e da esterilização em massa.

1.3 – ORDEM DO DIA

Projeto de Lei nº 23 de 1993, que estima receita e fixa a despesa da União para exercício financeiro de 1994. **Votação adiada por falta de quorum.**

1.3.1 – Comunicação da Presidência

– Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 11 horas e 45 minutos, com Ordem do Dia que designa.

1.4 – ENCERRAMENTO**2 – ATA DA 39ª SESSÃO CONJUNTA, EM 19 DE OUTUBRO DE 1994****2.1 – ABERTURA****2.2 – EXPEDIENTE****2.2.1 – Discursos do Expediente**

– DEPUTADO EDUARDO JORGE – Mobilização dos parlamentares para recontagem dos votos para o Senado no Estado da Bahia, sob denúncia do Deputado Valdir Pires de manipulação das urnas em flagrante fraude eleitoral.

– DEPUTADO JABES RIBEIRO – Necessidade da certeza dos resultados eleitorais. Denúncias de fraudes eleitorais na Bahia.

– DEPUTADO JOSÉ GENOÍNO – Debate na sociedade brasileira sobre a agenda política que o Brasil terá que enfrentar após o pleito.

– DEPUTADO JOSÉ LUIZ CLEROT – Enaltecendo o comportamento do Tribunal Superior Eleitoral no pleito de outubro, pela tranquilidade e lisura.

– DEPUTADO EDUARDO JORGE – Exigência do registro da presença na votação do Orçamento de 1994.

– O SR. PRESIDENTE – Resposta ao Sr. Eduardo Jorge.

– DEPUTADO GERMANO RIGOTTO, como Líder – Declarações do Sr. Fernando Henrique Cardoso sobre matérias do Congresso Nacional. Contrário à retirada do Projeto de Lei Orçamentária de 1995 para revisão. Desgaste do Congresso Nacional pela não-apreciação da Proposta Orçamentária de 1994.

– DEPUTADO MARCELO BARBIERI – Apreciação do Orçamento para o exercício de 1995 e o acordo de Líderes para a aprovação do Orçamento de 1994.

– O SR. PRESIDENTE – Improcedência da notícia da reti-

EXPEDIENTE

Centro Gráfico do Senado Federal

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

LUIZ AUGUSTO DA PAZ JÚNIOR

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral _____ R\$ 23,54

Tiragem: 850 exemplares

rada do Congresso Nacional do Projeto de Lei Orçamentária de 1995.

– SENADOR EDUARDO SUPPLY – Presença do Ministério do Planejamento, Sr. Beni Veras, que inaugurou o Programa Orçamento-Cidadão, no recinto do Congresso Nacional.

– O SR. PRESIDENTE – Registro da presença do Ministro Beni Veras no Plenário e congratulando-se com a inauguração do Programa Orçamento-Cidadão.

– DEPUTADO JOÃO PAULO – Apreciação da Lei Orçamentária de 1994. Críticas ao Congresso Nacional por renunciar o direito de legislar sobre a matéria mais relevante. Exigência de levantamento pelo Tribunal de Contas da União sobre as irregularidades financeiras do Poder Executivo no período de 1994.

2.2.2. – Ofícios

– Nºs 547 a 556 e 558/94, da Liderança do PMDB, referentes a substituições de membros em comissões mistas.

2.2.3 – Discursos do Expediente (continuação)

– SENADOR CID SABÓIA DE CARVALHO, como Líder – Apreciação do Orçamento de 1994. O dilema da Educação no Brasil. Considerações sobre o Parecer de S. Exª sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. A crise do município brasileiro. Desatenção com a organização partidária no último pleito.

– DEPUTADO JOÃO TEIXEIRA – Preocupação com a apreciação da Lei Orçamentária de 1994 e o acordo das Lideranças. Falta de apoio do Governo aos municípios.

– DEPUTADO JOSÉ ABRÃO – Apreciação da Lei Orçamentária de 1994.

– DEPUTADO APARÍCIO CARVALHO – Defesa de uma política oficial de turismo interno.

– DEPUTADO ROBERTO BALESTRA – Transcurso do "Dia do Médico", em 18-10-94.

2.3 – ORDEM DO DIA

– Projeto de Lei nº 23, de 1993–CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991. **Aprovado**, nos termos do substitutivo do relator, com adendo, tendo usado da palavra os Srs. José Abrão, Germano Rigotto, Nilso Gibson, José Fortunati, Luiz Carlos Hauly, Marcelino Romano Machado, Ernesto Gradella, Haroldo Lima, Luiz Salomão, Luiz Carlos Santos, Eduardo Suplicy e Sérgio Arouca. **À sanção.**

2.3.1 – Comunicação da Presidência

Prorrogação do prazo para apresentação de emendas à proposta orçamentária de 1995.

2.4 – ENCERRAMENTO.**Ata da 38ª Sessão Conjunta, em 19 de outubro de 1994****4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura***Presidência do Sr. Adylson Motta*

ÀS 10 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Airton Oliveira – Carlos Patrocínio – César Dias – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Hydekell Freitas – Jacques Silva – João Calmon – João Rocha – Joaquim Beato – Josaphat Marinho – José Eduardo – José Paulo Bisol – José Richa – Júnia Marise – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lucídio Portella – Mansueto de Lavor – Mauro Benevides – Nabor Júnior – Nelson Wedekin – Onofre Quinan – Rachid Saldanha Derzi – Reginaldo Duarte – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Teotônio Vilela Filho – Wilson Martins.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – PTB; Avenir Rosa – PP; João Fagundes –

PMDB; Júlio Cabral – PP; Marcelo Luz – PP; Ruben Bento – Bloco.

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Eraldo Trindade – PPR; Fátima Pelaes – Bloco; Gilvam Borges – PMDB; Lourival Freitas – PT; Murilo Pinheiro – Bloco; Sérgio Barcellos – Bloco; Valdenor Guedes – PP.

Pará

Alacid Nunes – Bloco; Carlos Kayath – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Gerson Peres – PPR; Giovanni Queiroz – PDT; Hermínio Calvino – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mário Chermont – PP; Nicias Ribeiro – PMDB; Osvaldo Melo – PPR; Paulo Rocha – PT; Paulo Titan – PMDB; Valdir Ganzer – PT.

Amazonas

Átila Lins – Bloco; Beth Azize – PDT; Euler Ribeiro –

PMDB; Ézio Ferreira – Bloco; João Thome – PMDB; Pauderney Avelino – PPR; Ricardo Moraes – PSB.

Rondônia

Antônio Morimoto – PPR; Aparício Carvalho – PSDB; Carlos Camurça – PP; Edison Fidélis – PP; Expedito Rafael – PMN; Maurício Calixto – Bloco; Reditário Cassol – PP.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PPR; Francisco Diógenes – PMDB; João Maia – PP; João Tota – PPR; Ronivon Santiago – PPR; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Darci Coelho – Bloco; Derval de Paiva – PMDB; Edmundo Galdino – PSDB; Freire Júnior – PMDB; Leomar Quintanilha – PPR; Merval Pimenta – PMDB; Osvaldo Reis – PP; Paulo Mourão – PPR.

Maranhão

César Bandeira – Bloco; Costa Ferreira – PP; Daniel Silva – Bloco; Eurico Ribeiro – PPR; Jayme Santana – PSDB; João Rodolfo – PPR; José Burnett – PPR; José Carlos Sabóia – PSB.

Ceará

Aécio de Borba – PPR; Antônio dos Santos – Bloco; Ariosto Holanda – PSDB; Carlos Virgílio – PPR; Edson Silva – PDT; Ernani Viana – PP; Gonzaga Mota – PMDB; Jackson Pereira – PSDB; José Linhares – PP; Luiz Pontes – PSDB; Marco Penaforte – PSDB; Maria Luíza Fontenele – PSTU; Mauro Sampaio – PMDB; Moroni Torgan – PSDB; Pinheiro Landim – PMDB; Sérgio Machado – PSDB; Ubiratan Aguiar – PSDB; Vicente Fialho – Bloco.

Piauí

B. Sá – PP; Ciro Nogueira – Bloco; Jesus Tajra – Bloco; João Henrique – PMDB; José Luiz Maia – PPR; Murilo Rezende – PMDB; Mussa Demes – Bloco; Paes Landim – Bloco; Paulo Silva – PSDB.

Rio Grande do Norte

Henrique Eduardo Alves – PMDB; Iberê Ferreira – Bloco; João Faustino – PSDB; Laíre Rosado – PMDB; Marcos Formiga – PSDB.

Paraíba

Adauto Pereira – Bloco; Efraim Moraes – Bloco; Evaldo Gonçalves – Bloco; Ivandro Cunha Lima – PMDB; José Luiz Clerot – PMDB; Rivaldo Medeiros – Bloco; Vital do Rêgo – PDT; Zuca Moreira – PMDB.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro – PSB; Inocêncio Oliveira – Bloco; José Mendonça Bezerra – Bloco; José Múcio Monteiro – Bloco; Maurílio Ferreira Lima – PSDB; Mavíael Cavalcanti – Bloco; Nilson Gibson – PMN; Osvaldo Coelho – Bloco; Pedro Correa – Bloco; Renildo Calheiros – PCdoB; Roberto Franca – PSB; Roberto Magalhães – Bloco; Salatiel Carvalho – PP; Sérgio Guerra – PSB; Tony Gel – Bloco; Wilson Campos – PSDB.

Alagoas

Augusto Farias – Bloco; José Thomaz Nonô – PMDB; Mendonça Neto – PDT; Roberto Torres – PTB; Vitório Malta – PPR.

Sergipe

Benedito de Figueiredo – PDT; Cleonânio Fonseca – PPR;

Djenal Gonçalves – PSDB; Jerônimo Reis – PMN; José Teles – PPR; Pedro Valadares – PP.

Bahia

Alcides Modesto – PT; Ângelo Magalhães – Bloco; Aroldo Cedraz – Bloco; Benito Gama – Bloco; Carlos Sant'Anna – PP; Clóvis Assis – PSDB; Félix Mendonça – PTB; Geddel Vieira Lima – PMDB; Haroldo Lima – PCdoB; Jabes Ribeiro – PSDB; Jairo Carneiro – Bloco; Jaques Wagner – PT; João Almeida – PMDB; Jorge Khoury – Bloco; José Carlos Aleluia – Bloco; Jutahy Júnior – PSDB; Leur Lomanto – Bloco; Luís Eduardo – Bloco; Luiz Moreira – Bloco; Luiz Viana Neto – Bloco; Manoel Castro – Bloco; Nestor Duarte – PMDB; Pedro Irujo – PMDB; Prisco Viana – PPR; Ribeiro Tavares – PL; Sérgio Gaudenzi – PSDB; Tourinho Dantas – Bloco; Uldurico Pinto – PSB; Waldir Pires – PSDB.

Minas Gerais

Aécio Neves – PSDB; Agostinho Valente – PT; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Annibal Teixeira – PP; Armando Costa – PMDB; Avelino Costa – PPR; Edmar Moreira – PP; Elias Murad – PSDB; Felipe Neri – PMDB; Fernando Diniz – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Getúlio Neiva – PL; Humberto Souto – Bloco; Israel Pinheiro – PTB; João Paulo – PT; José Rezende – PTB; José Santana de Vasconcellos – Bloco; Lael Varella – Bloco; Marcos Lima – PMDB; Mário Assad – Bloco; Maurício Campos – PL; Neif Jabur – PMDB; Nilmário Miranda – PT; Odelmo Leão – PP; Osmânio Pereira – PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos – PSDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – PTB; Philemon Rodrigues – PTB; Raul Belém – PP; Romel Anísio – PP; Ronaldo Perim – PMDB; Samir Tannús – PPR; Sandra Starling – PT; Sérgio Miranda – PCdoB; Sérgio Naya – PP; Tarcísio Delgado – PMDB; Tilden Santiago – PT; Vittorio Medioli – PSDB; Wagner do Nascimento – PP; Zaire Rezende – PMDB.

Espírito Santo

Armando Viola – PMDB; Etevalda Grassi de Menezes – PTB; Helvécio Castello – PT; Jones Santos Neves – PL; Jório de Barros – PMDB; Lézio Sathler – PSDB; Nilton Baiano – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Valadão – PMDB; Rose de Freitas – PSDB.

Rio de Janeiro

Álvaro Valle – PL; Arolde de Oliveira – Bloco; Artur da Távola – PSDB; Benedita da Silva – PT; Carlos Lupi – PDT; Carlos Santana – PT; Cidinha Campos – PDT; Fernando Lopes – PDT; Francisco Silva – PP; Jair Bolsonaro – PPR; Jamil Haddad – PSB; João Mendes – PTB; José Carlos Coutinho – PDT; José Maurício – PDT; Laprovita Vieira – PP; Luiz Salomão – PDT; Marino Clinger – PDT; Miro Teixeira – PDT; Nelson Bornier – PL; Paulo Portugal – PP; Rubem Medina – Bloco; Sandra Cavalcanti – PPR; Sérgio Arouca – PPS; Sérgio Cury – PDT; Sidney de Miguel – PV; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT.

São Paulo

Alberto Goldman – PMDB; Aldo Rebelo – PCdoB; Aloízio Mercadante – PT; Armando Pinheiro – PPR; Arnaldo Faria de Sá – PPR; Ary Kara – PMDB; Beto Mansur – PPR; Cardoso Alves – PTB; Carlos Nelson – PMDB; Cunha Bueno – PPR; Delfim Netto – PPR; Diogo Nomura – PL; Eduardo Jorge – PT; Ernesto Gradel-la – PSTU; Euclydes Mello – PRN; Fábio Feldmann – PSDB; Fausto Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Gastone Righi – PTB; Heitor Franco – PPR; Hélio Bicudo – PT; Hélio Rosas – PMDB; Irma Passoni – PT; João Mellão Neto – PL; Jorge Tadeu Mudalen – PMDB; José Abrão – PSDB; José Aníbal – PSDB;

José Dirceu – PT; José Genoíno – PT; José Maria Eymael – PPR; José Serra – PSDB; Koyu Iha – PSDB; Liberato Caboclo – PDT; Luiz Carlos Santos – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Máximo – PSDB; Maluly Netto – Bloco; Marcelino Romano Machado – PPR; Marcelo Barbieri – PMDB; Maurício Najar – Bloco; Mendes Botelho – PP; Michel Temer – PMDB; Nelson Marquzezelli – PTB; Osvaldo Stecca – PMDB; Paulo Novaes – PMDB; Pedro Pavão – PPR; Robson Tuma – PL; Tuga Angerami – PSDB; Vадão Gomes – PP; Valdemar Costa Neto – PL; Wagner Rossi – PMDB; Walter Nory – PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas – PP; João Teixeira – PL; Joaquim Sucena – PTB; Jonas Pinheiro – Bloco; Rodrigues Palma – PTB; Welinton Fagundes – PL.

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS; Benedito Domingos – PP; Chico Vigilante – PT; Jofran Frejat – PP; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco; Sigmaringa Seixas – PSDB.

Goiás

Antônio Faleiros – PSDB; Halley Margon – PMDB; João Natal – PMDB; Lázaro Barbosa – PMDB; Lúcia Vânia – PP; Maria Valadão – PPR; Mauro Borges – PP; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Roberto Balestra – PPR; Vilmar Rocha – Bloco; Virmondes Cruvinel – PMDB; Zé Gomes da Rocha – PRN.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – PTB; George Takimoto – Bloco; José Elias – PTB; Marilu Guimarães – Bloco; Nelson Trad – PTB; Valter Pereira – PMDB; Waldir Guerra – Bloco.

Paraná

Abelardo Lupion – Bloco; Antônio Barbara – S/P; Antônio Ueno – Bloco; Basílio Villani – PPR; Deni Schwartz – PSDB; Edésio Passos – PT; Edi Siliprandi – PSD; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Flávio Arns – PSDB; Homero Oguido – PMDB; Ivânio Guerra – Bloco; Joni Varisco – PMDB; Luciano Pizzatto – Bloco; Luiz Carlos Haully – PP; Matheus Iensen – PSD; Munhoz da Rocha – PSDB; Otto Cunha – PPR; Paulo Bernardo – PT; Pedro Tonelli – PT; Reinhold Stephanes – Bloco; Werner Wanderer – Bloco; Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

César Souza – Bloco; Dejandir Dalpasquale – PMDB; Edison Andrino – PMDB; Jarvis Gaidzinski – PPR; Luiz Henrique – PMDB; Nelson Morro – Bloco; Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – PSD; Paulo Bauer – PPR; Paulo Duarte – PPR; Valdir Colatto – PMDB; Vasco Furlan – PPR.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PPR; Aldo Pinto – PDT; Amaury Müller – PDT; Carlos Azambuja – PPR; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Celso Bernardi – PPR; Eden Pedroso – PT; Fernando Carrion – PPR; Fetter Júnior – PPR; Germano Rigotto – PMDB; Hilário Braun – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PPR; José Fortunati – PT; Luís Roberto Ponte – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PPR; Paulo Paim – PT; Telmo Kirst – PPR; Valdomiro Lima – PDT; Victor Faccioni – PPR; Valdomiro Fioravante – PT; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – As listas de pre-

sença acusam o comparecimento de 34 Srs. Senadores e 384 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMN – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, com a maior satisfação e alegria registro que o ilustre e honrado Deputado Aluizio Alves, Ministro da Integração Regional, vai ter uma posição definitiva sobre o Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco amanhã, dia 20 de outubro, num encontro com o Ministro da Fazenda, Ciro Gomes. O Ministro da Integração Regional afirma de maneira expressa e categórica que tem R\$100 milhões de recursos próprios, e se o Ministro Ciro Gomes der o aval para usar esse dinheiro até o final de dezembro, o Ministério da Integração Regional tem condições de construir 50 quilômetros do canal de 240 quilômetros, que nasce em Cabrobó, em Pernambuco.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, o Ministro Ciro Gomes conhece bem o projeto, tendo recentemente se pronunciado favorável à obra.

O Ministro Aluizio Alves vai entregar os primeiros estudos de levantamento da área e de desapropriação de terras, além dos projetos básicos de engenharia, feitos por técnicos do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. O Rima, um estudo de impacto ambiental, está sendo tocado pela Fundação Nacional de Conservação da Natureza.

Sr. Presidente, o Deputado Aluizio Alves, Ministro da Integração Regional, acredita na consolidação do projeto, e o Senador Fernando Henrique Cardoso, eleito Presidente da República, assinou um documento favorável ao plano de transposição das águas do rio São Francisco.

Sr. Presidente, o projeto não é político e busca salvar o Nordeste e a área econômica do Presidente Itamar Franco, que está consciente disso.

Realmente as etapas do Ministério da Integração Regional estão cumpridas. O Ministério da Educação também concluiu estudos para montagem de 200 telepostos à distância, com o objetivo de alfabetizar adultos e ensinar técnicas básicas de irrigação. Ao mesmo tempo, o Ministério da Saúde dispõe de uma programação de ações em todo o percurso da transposição, para combater doenças endêmicas como dengue, cólera e diarreia.

Outro estudo também concluído é sobre o aproveitamento de 20 mil hectares de vazantes dos rios para pequena irrigação, destinada aos trabalhadores rurais sem terra.

Sr. Presidente Deputado Adylson Motta, desta tribuna formulo duas sugestões ao Ministro da Integração Regional, Deputado Aluizio Alves: procurar urgentemente os governadores eleitos do Nordeste, principalmente o de Pernambuco, Dr. Miguel Arraes, para pedir apoio para implantação definitiva do projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco;

b) sugerir ao futuro Presidente da República, Senador Fernando Henrique Cardoso, a fusão do Ministério da Integração Regional com o do Bem-Estar Social. Tenho certeza de que o Deputado Ivandro Cunha Lima também é favorável a isso, porque não vai prejudicar o Nordeste a extinção pura e simples do Ministério da Integração Regional. Será um mal menor para o tão sofrido Nordeste.

Finalmente registro a importante decisão adotada ontem pelo Colégio de Líderes, acatando sugestões formuladas por vários companheiros do Congresso Nacional sobre o expediente Interministerial nº 37 MF/Seplan-PR, de 30 de agosto, referente às transferências constitucionais para os municípios não capitais, que se

mostraram no presente ano insuficientes para atender as suas despesas. Visando minorar os efeitos advindos dessa situação, foi proposta alteração no orçamento da União, para concessão aos municípios de um abono no valor global de Cr\$3.165.380.000,00, a preços de abril de 1993. A compatibilização da distribuição desses recursos com o porte de cada município ficou assegurada através da utilização dos mesmos coeficientes de repartição do Fundo de Participação dos Municípios estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União para os municípios do interior, desconsiderada a reserva de que trata o Decreto-Lei nº 1.881, de 1981.

Concluo, Sr. Presidente, parabenizando o Congresso Nacional pela concessão de abono aos municípios não capitais, como forma de minorar suas dificuldades, única alternativa proposta para a solução imediata do problema.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Ruben Bento.

O SR. RUBEN BENTO (Bloco Parlamentar – RR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, estou retornando da capital de meu estado, Boa Vista, e quero nesta manhã pedir a atenção de S. Ex^a o Ministro da Integração Regional, Sr. Aluizio Alves, para assunto da mais alta importância para Roraima. Refiro-me às zonas de livre comércio aprovadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, portanto, pelo Congresso Nacional, a serem instaladas nos Municípios de Bonfim e Pacaraima, no Estado de Roraima. Pois bem. Depois de quase dois anos de criação das duas zonas de livre comércio, o Ministério da Integração Regional não houve por bem ainda regulamentá-las e instalá-las naqueles dois municípios, que, distantes do centro financeiro e administrativo do País, são de fundamental importância para o desenvolvimento de nossa região.

Visitamos o Município de Bonfim, região, pobre, desassistida e abandonada pelos Governos Federal e Estadual, que merece receber um tratamento diferenciado do Ministério da Integração Regional.

Eu gostaria que S. Ex^a o Sr. Ministro pudesse atentar, nesses últimos meses em que vai exercer a direção do Ministério da Integração Regional, para esses dois casos gritantes, graves, que devem ser resolvidos o mais urgentemente possível, e determinar aos técnicos do Ministério a elaboração de regulamento para implantar definitiva e urgentemente as duas zonas de livre comércio em Roraima.

Sr. Presidente, não podemos continuar nessa expectativa. Muitas pessoas tentaram se deslocar para lá, a fim de implantar seus comércios em regiões, repito, esquecidas, abandonadas e distantes, mas importantes para o desenvolvimento regional.

Por que essa importância? Em primeiro lugar, porque se localizam na região Norte do País, que precisa desenvolver-se. Em segundo lugar, uma cidade faz fronteira com a Guiana e a outra com a Venezuela. Então, é necessário que as duas tenham um comércio mais fácil, mais dinâmico, para que o Estado de Roraima possa continuar seu desenvolvimento – eu diria até iniciá-lo, o que até hoje não foi feito porque não há um projeto econômico. Por isso, é necessário que as duas zonas de livre comércio sejam instaladas o mais urgentemente possível.

Sr. Presidente, não podemos admitir que, após demorada tramitação no congresso Nacional, após a sanção do Sr. Presidente da República, o Ministério da Integração Regional abandone um projeto importante, deixando nas gavetas as propostas, ou o esboço, da regulamentação daquelas duas zonas de livre comércio.

Peço, portanto ao Sr. Ministro Aluizio Alves que determine o mais urgentemente possível a implantação das duas zonas de livre comércio. Os mercados guianense e venezuelano estão abertos

para receber produtos brasileiros da Zona Franca de Manaus. Nós, roraimenses, também estamos prontos para receber produtos oriundos dos dois locais. O Brasil tem aberto suas portas a outros portos, diminuindo até mesmo os impostos de importação. Por que não eliminarmos totalmente a burocracia que impede o crescimento do comércio no Município de Bonfim e na Vila da Pacaraima, no Estado de Roraima?

Sr. Presidente, nesta sessão do Congresso Nacional, chamo a atenção das autoridades do País para o distante Estado de Roraima, que necessita do cuidado e até mesmo do carinho do Poder Central da nossa República.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Reditário Cassol.

O SR. REDITÁRIO CASSOL (PP – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, em primeiro lugar, quero parabenizar os deputados e os senadores que tiveram o prazer de vencer as eleições. Parabenizo também aqueles que, embora não tenham sido reeleitos, fizeram uma campanha honesta e sadia, sem usar a máquina do Governo, como este Parlamentar. O maior prazer na vida de um político é vencer eleições, e, ao perder, sentir-se recompensado por ter praticado uma política honesta e sadia. Rondônia traz de volta apenas um deputado federal.

Entre os candidatos que se elegeram, tenho plena certeza de que alguns não vão assumir porque usaram a máquina do Governo na campanha política. Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é difícil vencer candidatos que arrastam sacos de dinheiro, principalmente quando o salário do parlamentar é muito baixo, como ocorre atualmente. Hoje pela manhã li em um jornal, não lembro em qual, que no próximo ano os vencimentos dos parlamentares desta Casa serão 90% maiores. Por que esse aumento não foi dado um ano atrás? Parece até uma piada!

Aborreço-me também a incompetência do Sr. Presidente da República. Aliás, S. Ex^a não deveria ter assumido a Presidência. Se Collor de Mello foi obrigado a se afastar, por que então o então Vice-Presidente da República, que se beneficiou da mesma forma quando candidato, comanda hoje as rédeas da Nação? Já por duas vezes o Sr. Itamar Franco emburrou o Orçamento Geral da União, que, por culpa de S. Ex^a, ainda não foi aprovado.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, esta manhã, li no **Hoje na Câmara** que o Governo vai retirar o Orçamento Geral da União do ano de 1995. Quero deixar registrado nesta oportunidade que se o Presidente da República voltar a retirar o Orçamento estará agindo como um irresponsável, que faz o Congresso Nacional de palhaço. Portanto, vamos pedir a Deus que o Sr. Itamar Franco não volte a retirar o Orçamento. Isso é uma palhaçada e comprova que S. Ex^a é um irresponsável. Está no poder sem saber o que está fazendo.

Sr. Presidente, agradeço a Deus a oportunidade de, mais uma vez, ocupar esta tribuna. Agradeço também a V. Ex^a nobre Deputado Adylson Motta, que está presidindo a sessão do Congresso Nacional, e aos Parlamentares que aqui estão, cumprindo com o seu dever – não aqueles que deixaram de cumprir com o seu dever e prejudicaram a imagem da maioria dos parlamentares do Congresso Nacional. Deixamos de realizar trabalhos por culpa da maioria.

Até outra oportunidade, se Deus me permitir!

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Alcides Modesto.

O SR. ALCIDES MODESTO (PT – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ao retornar a esta Casa, após as eleições, cumpre-me o dever de gratidão, de reconhecimento a todos os integrantes dos movimentos populares,

aos segmentos organizados da sociedade, aos cidadãos conscientes do voto livre e independente que me trazem novamente a esta Casa, para exercer um novo mandato a partir de 1995.

Estendo meu agradecimento ao povo da Bahia, aos trabalhadores, à militância do meu partido, o Partido dos Trabalhadores, a todos aqueles que participaram da recente campanha. E esse agradecimento muito sincero vem acompanhado do compromisso de continuar a luta em defesa dos direitos humanos e contra a violência no Estado da Bahia e no Brasil, um dos dramas que mais afligem e intranquilidade as famílias brasileiras.

Também continuarei a luta em defesa dos trabalhadores rurais, ameaçados constantemente por todos aqueles que vivem da grilagem, da invasão das terras da União, que não permitem que os que não têm terra vivam dignamente para sustentar a sua família e produzir alimentos para matar a fome dos brasileiros.

O meu compromisso se estende aos segmentos sociais mais marginalizados e excluídos da Bahia. Quero mais uma vez reafirmar o meu compromisso de lutar pelo resgate dos quilombos não apenas no Estado da Bahia, mas em todo o País.

Quero falar do meu compromisso com a defesa de todos os atingidos por barragens, principalmente os da Bahia, sem me esquecer de todas as grandes barragens que se constroem neste País. Até hoje, o governo não se preocupou em reassentar as populações diretamente prejudicadas por esses grandes projetos.

Desejo falar também do meu compromisso com a defesa de todos aqueles que não têm voz nem vez, que, perdidos nos grotões do País e do meu estado, são reprimidos, tendo muitas vezes que enfrentar políticas de governos estaduais e de oligarquias municipais que não respeitam os mínimos direitos de cidadania das pessoas.

Minha reeleição, obtida com a confiança do povo baiano, é a reafirmação de que o perfil do meu mandato está correto. Sempre estive nesta Casa, nesta tribuna, fazendo valer a voz daqueles que não têm voz e fazendo ter vez os excluídos de qualquer oportunidade no País.

Mais uma vez reafirmo meu compromisso com o Vale do São Francisco. Há pouco ouvi um colega falando da transposição das águas do São Francisco para o semi-árido. Parece-me que esta Casa ainda não resolveu discutir esse problema com seriedade. Antes de se pensar em transpor águas para o semi-árido do Nordeste, é preciso assumir aqui um compromisso em defesa do São Francisco como um todo.

Tive oportunidade de viajar com o companheiro Lula por todo o São Francisco, desde a sua nascente até Juazeiro. Conheço a outra parte daquele rio, até a sua foz. Conheço o São Francisco porque sou também filho dos seus barrancos e não posso permitir que se fale nesta Casa sobre a transposição das águas do São Francisco para o semi-árido como se isso fosse a solução mágica para os problemas da região nordestina.

É preciso também pensar nas soluções que já existem no próprio Nordeste, no aproveitamento de suas potencialidades. Mais adiante, se for necessário levar as águas do São Francisco que isso seja feito. Mas, primeiramente, é preciso salvar o rio, para que o São Francisco possa salvar o Nordeste.

Tenho também compromisso com as políticas do Vale do São Francisco que beneficiem as populações ribeirinhas, que vivem em estado de fome e de miséria, e aqueles que estão no Polígono das Secas, no epicentro do Nordeste, na região para onde se quer transpor as águas do São Francisco. É preciso assumir uma posição séria e responsável perante o desafio do Nordeste, mas não com soluções demagógicas e eleitoreiras como o Projeto de Transposição das Águas do Rio São Francisco.

Sr. Presidente, quero reafirmar também compromisso com o

meu partido, o Partido dos Trabalhadores, construindo-o e fortalecendo-o. Congratulo-me com todos os novos parlamentares que comporão a bancada do PT nesta Casa em 1995, com os novos senadores que chegarão e com todos aqueles que se elegerão no segundo turno das eleições para os governos estaduais. Essa luta eleitoral é também a grande oportunidade de construção da democracia.

Sr. Presidente, lamentavelmente temos que registrar também nosso protesto contra a ação do Tribunal Regional Eleitoral, omissão e conivente com os crimes e as irregularidades cometidos na Bahia, principalmente no que se refere à derrota impingida ao Deputado Waldir Pires. Todos sabem — é público e notório — que a derrota de S. Ex^a ocorreu devido à interferência direta de interesses externos, que, com a conivência do TRE, fraudaram o processo eleitoral no Estado.

Sr. Presidente, precisamos esclarecer de fato a fraude na Bahia. Ela não aconteceu apenas no Rio de Janeiro, mas em outros estados. Na Bahia também houve fraude eleitoral. Dizem agora que o problema é só no Rio de Janeiro. Ora, vamos ver o que houve em nossos estados. No meu também houve fraude eleitoral. Houve uso indevido da máquina estadual, da máquina federal. Houve alteração das pesquisas também.

Na Bahia, no dia da eleição, divulgaram-se pesquisas sobre os candidatos preferidos tanto para o Senado, como para o governo do estado. Foi uma verdadeira boca de urna eletrônica, um crime eleitoral! E o TRE não tomou nenhuma providência. Houve vários crimes. E houve várias representações ao TRE, que até hoje não as julgou.

Quero, portanto, registrar minha solidariedade à luta que os democratas da Bahia têm que encetar para fazer a recontagem dos votos para o Senado na Bahia e para esclarecer, de uma vez por todas, a situação eleitoral no Estado.

Quero finalmente Sr. Presidente, concluir dizendo que lamentavelmente, apesar das CPI, a ética e a moralidade pública não prevaleceram nas eleições de 1994. Espero que, no futuro, possamos ter eleições em que, de fato, haja ética e moralidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) — Concedo a palavra ao nobre Congressista Paulo Bauer.

O SR. PAULO BAUER (PPR — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, desejo inicialmente cumprimentá-lo por sua recondução à Câmara dos Deputados uma vez que foi reeleito pelos queridos eleitores do Rio Grande do Sul. E, nesta ocasião em que o vejo pela vez primeira após as eleições, desejo registrar meus cumprimentos.

Tenho a felicidade de poder comparecer a esta Casa como Deputado reeleito para o exercício de um segundo mandato. O primeiro mandato de Deputado Federal não cumpri integralmente, uma vez que exerci o cargo de Secretário de Educação, Cultura e Desporto no meu Estado. Somente retornei às minhas atividades parlamentares quando do período de desincompatibilização de cargos do Poder Executivo.

Mas aqui estive na votação do **impeachment**, no momento em que se contaram os Parlamentares para a computação do tempo destinado aos partidos políticos no programa eleitoral gratuito. E agora aqui estou para dizer a V. Ex^{as}, nobres pares desta Casa, que o processo eleitoral deflagrado no último dia 3 de outubro nos deixou lições como a de que o povo brasileiro quer que estejam no Congresso Nacional, representando-o, aqueles que efetivamente têm compromisso com a democracia, que têm lealdade e coerência partidária e que possuem propostas concretas para a solução dos graves problemas que hoje estão impedindo a justiça social e que estão fazendo com que os brasileiros, de forma geral, encontrem dificuldades para prosperar e para viver bem.

É necessário dizer que o governo existe para administrar o País, para promover a justiça social, para garantir o cumprimento das leis.

Não existe governo para somente favorecer cidadãos e garantir privilégios individuais.

Devemos, sim, considerar que o Governo Federal, os Governos Estaduais e Municipais precisam rever a sua forma de ação, precisam estar atentos às carências da população brasileira, precisam permitir o desenvolvimento e não criar mecanismos que atrapalham a possibilidade de o povo brasileiro trabalhar mais, trabalhar sempre, ter criatividade e desenvolver-se. Estaremos pelos próximos quatro anos neste Congresso, nesta Câmara, para modestamente colaborar e contribuir para que isso aconteça.

O meu Partido, o PPR, em Santa Catarina, alcançou com êxito resultados eleitorais que devem ser consignados. Elegemos quatro Deputados Federais, dentre os quais tenho o privilégio de ser o mais votado, com aproximadamente 72 mil votos. Fui o segundo Deputado mais votado do meu Estado, deixando de ser o primeiro pela votação expressiva que recebeu o Deputado Luiz Henrique da Silveira, meu conterrâneo da cidade de Joinville. Mas deixo aqui consignado que os quatro Deputados eleitos, Paulo Bauer, Mário Roberto Cavallazzi, João Alberto Pizzolati Júnior e Hugo Matias Biehl, haverão de representar com dignidade o nosso partido neste Congresso.

Devo consignar também que meu partido logrou êxito em Santa Catarina, elegendo o Senador Vilson Kleinubing, do PFL, que contou com o nosso apoio irrestrito. Tentamos também eleger um candidato do nosso partido, que merecia e recebia o apoio do PFL do meu Estado. Infelizmente não logramos êxito nesse intento, mas tivemos uma grande presença no campo estadual, elegendo quatorze Deputados Estaduais e levando a nossa candidata ao Governo do Estado para o segundo turno.

A Deputada Ângela Amin, muito conhecida nesta Casa, obteve votação superior a 1 milhão de votos e, no segundo turno, haverá de ser eleita pelo esforço dos nossos companheiros e correligionários e pelo apoio unânime que vem recebendo daqueles que querem o bem de Santa Catarina, a promoção da justiça social e a continuidade do desenvolvimento do nosso Estado.

Tenho certeza de que a democracia se fez presente em Santa Catarina. Todos os segmentos da sociedade participaram. Os partidos políticos estiveram atuantes na campanha. Os eleitos estão aqui e lá na Assembléia Legislativa. Os não-eleitos estão, com toda a isenção e toda a responsabilidade, atendendo às reivindicações comunitárias como se eleitos tivessem sido. Isso demonstra o espírito de democracia que se vive no meu Estado.

Quero cumprimentar neste momento não somente V. Ex^a Sr. Presidente, mas todos os pares, Deputadas e Deputados Federais, que lograram êxito nessa eleição, bem como todos que, participando da última campanha eleitoral, como candidatos ou não, contribuíram para a consolidação da democracia neste País.

Nossos votos de muito sucesso ao novo Presidente da República eleito, Senador Fernando Henrique Cardoso, que desejamos faça um Governo repleto de êxitos, porque o povo brasileiro quer um Governo com êxitos e não um Governo com fracassos.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência agradece as palavras do nobre Deputado Paulo Bauer e as retribui.

Concedo a palavra ao nobre Congressista Aécio Neves.

O SR. AÉCIO NEVES (PSDB – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, retorno hoje ao Congresso Nacional, após o pleito de 3 de outubro, e a minha primeira palavra é dirigida, muito especialmente, aos meus conterrâneos, aos meus companheiros de Minas Gerais. E esta palavra é de agradecimento pelo apoio e pelo reconhecimento de nosso traba-

lho, o que me faz retornar a esta Casa. Além de obter expressiva votação, trago, sobretudo, o ânimo redobrado para participar desta que, considero, poderá ser uma das quadras mais ricas da história política brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, estou absolutamente convencido de que este País não tem o direito de perder a oportunidade de, com pressupostos absolutamente concretos, encaminhar o Brasil para um tempo novo.

Tenho absoluta certeza de que este Congresso Nacional, eleito com a renovação natural, com a qual temos convivido ao longo dos últimos anos, estará absolutamente à altura da sua responsabilidade. Nós, que apoiamos a candidatura do Sr. Fernando Henrique Cardoso, sabíamos desde o começo – e sabemos ainda hoje – que as propostas que constam do seu programa básico de governo só poderão ser realmente executadas se S. Ex^a obtiver o apoio, a sustentação e a solidariedade do Legislativo. E isso certamente o Presidente Fernando Henrique buscará, mas não com troca de cargos ou favores pessoais.

Sr. Presidente, é preciso que aqueles que aqui estão e que retornam sufragados pelas urnas saibam que um tempo novo, inclusive no relacionamento entre o Congresso Nacional e o Poder Executivo, está para ser instalado no Brasil. Um tempo em que o apoio se dará em torno de idéias, projetos e programas.

Digo, portanto, àqueles que nos ouvem neste momento e, sobretudo, à sociedade brasileira que tenham confiança em que esse novo Congresso saberá, honrando os votos e o apoio que receberam os que para cá vieram, fazer com que no próximo Governo Federal haja uma parceria saudável em busca da solução de problemas crônicos e estruturais com os quais temos convivido ao longo dos últimos anos.

A reforma constitucional, pela qual nos batemos há alguns meses, torna-se hoje, mais do que nunca, imprescindível para que o País possa realmente alcançar seu destino de desenvolvimento, de recuperação do emprego e da estabilidade econômica. Reitero, portanto, minha palavra de agradecimento àqueles que me mandaram de volta ao Congresso e registro a mais absoluta confiança em meus pares: estaremos correspondendo ao apoio e à confiança que recebemos, iniciando, desde já, uma grande discussão em busca de uma profunda e definitiva reforma tributária e fiscal e de mudança do papel e da responsabilidade do Estado perante nossa economia.

Portanto, Sr. Presidente, um grande desafio e uma grande esperança nos trazem novamente a esta Casa, para que, dentro de muito pouco tempo, possamos olhar para a sociedade brasileira e receber dela não o desprezo, não a crítica fácil, mas, sim, o respeito, instrumento absolutamente fundamental à consolidação da democracia em nosso País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra à nobre Congressista Maria Valadão.

A SR^a MARIA VALADÃO (PPR – GO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, vimos a esta tribuna para nos associar aos colegas que nos antecederam, parabenizando o País pela escolha do novo Presidente, apesar de não termos logrado êxito com nosso candidato, o Senador Esperidião Amin, a quem conferimos nosso voto pessoal. O Presidente eleito tem conhecimento das nossas lutas e das nossas dificuldades. E por acreditarmos que o Brasil é viável, encaminhamos ao futuro Presidente da República nossos cumprimentos e os votos de que realize uma profícua administração em prol deste País.

Sr. Presidente, venho também trazer minha palavra de apoio a todos os colegas que não lograram êxito nas últimas eleições, mas que contribuíram para o exercício da democracia em nosso Estado e nas demais unidades da Federação.

Inegavelmente, somos os guardiães da democracia, embora sejamos espezinhados, massacrados, maltratados nesta Casa. E aqui estamos novamente!

Estamos praticamente emergindo das cinzas, porque a campanha em nosso Estado foi difícil, já que, a partir de 1982, o dinheiro tem mandado para o Congresso empresários que, muitas vezes, não vêm trabalhar em favor da população, mas de suas próprias empresas.

Praticamente saímos de um tiroteio. O dinheiro jorrou forte no Estado, enviando para cá muitos representantes não-legítimos, porque o povo realmente foi violentado no seu poder de escolha.

Entretanto, estamos conscientes do dever cumprido no mandato ainda a ser terminado e com o propósito de trabalhar muito mais no próximo quadriênio. Procurarei dar o melhor de mim, e acredito ser este o motivo que trouxe aqui todos os nossos colegas que postularam um novo mandato. Conseguimos ressurgir e voltar porque realmente fizemos um bom trabalho.

Deixo o meu abraço a todos e a certeza de que, no meu Estado, onde teremos segundo turno para a escolha do Governador, o dinheiro e o peso da máquina estadual não vão interferir na vontade de mudança daquele povo.

Nossa candidata ao Governo do Estado é a Deputada Lúcia Vânia, colega da Câmara dos Deputados, uma vez que o nosso candidato, da coligação PFL-PPR, não logrou êxito nas urnas exatamente pela falta de dinheiro.

Concluo, Sr. Presidente, fazendo um apelo todo especial ao povo de Goiás para que se junte a nós, a fim de concretizarmos o desejo de mudança que o povo manifestou nas urnas.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Expedito Rafael.

O SR. EXPEDITO RAFAEL (PMN – RO. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o que me traz à tribuna é a necessidade de Rondônia começar a incentivar a fiscalização sanitária animal. O nosso Estado não atravessa, como o restante do País, o problema da seca. Nossas pastagens são fartas e nosso rebanho bovino era um dos melhores do Brasil, porque lá não havia as doenças infecto-contagiosas normalmente existentes nas regiões Sul, Centro-Oeste e Leste. A pecuária, assim, como a agricultura do País, está abandonada, principalmente em Rondônia, onde o Vice-Governador, que é engenheiro agrônomo, pecuarista e responsável pelo setor primário do Estado, se esqueceu de atuar na sua profissão, permitindo que os rebanhos, principalmente o bovino, contaminados pela febre aftosa, pela brucelose e principalmente pelo berne, fossem para Rondônia sem a mínima fiscalização sanitária.

Sr. Presidente, um surto de aftosa se espalhou em Rondônia. Quase todo o rebanho bovino de leite está contaminado pela brucelose e infestado pelo berne, o que não existia lá até algum tempo atrás. Nosso rebanho era de couro liso e bonito. Hoje, devido às condições climáticas da região – clima quente é úmido – o berne se alastrou. Talvez o rebanho de Rondônia só não tenha mais berne e carrapato do que o de Goiás, que é um cerrado. E tudo isso acontece por ineficiência do engenheiro agrônomo responsável pela Secretaria de Agricultura do Estado de Rondônia.

Sr. Presidente, é inadmissível que o Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária permita o transporte de rebanhos bovinos contaminados para regiões do Brasil, como a Norte, que deveriam ser preservadas. Lá é a reserva onde poderíamos colocar o melhor rebanho do País.

Mas, infelizmente, estamos sem as mínimas condições de exercer a fiscalização sanitária.

Gostaria que esta denúncia contra o Secretário de Agricultura

de Rondônia e o Vice-Governador, que deixaram nosso Estado no abandono, principalmente o setor primário, fosse registrado nos Anais desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra à nobre Congressista Maria Luíza Fontenele.

A SRA. MARIA LUÍZA FONTENELE (PSTU – CE. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, é do conhecimento – creio – da maioria do Congresso que fui candidata ao Senado pelo Estado do Ceará. Porém, por injunções locais, não foi possível participar de uma frente integrada por todas as esquerdas. Por um lado, paguei o preço da minha ousadia, da limitação e da miopia da maioria dos setores da esquerda; por outro, talvez porque pudéssemos ter hoje uma Senadora do Ceará, que representasse os legítimos interesses do povo daquele Estado, ou uma Deputada Federal reeleita, aumentando a bancada dos que têm compromisso com o povo trabalhador sofrido da nossa terra.

E quero fazer uma avaliação. Imagino que dizer que o poder econômico e a manipulação dos meios de comunicação de massa explicariam o sucesso do projeto neoliberal, e a derrota do governo dos trabalhadores no Brasil e no Ceará seria insuficiente, porque há uma complexidade grande para explicar por que a elite dominante, que não conseguiu se unificar em torno de Fernando Collor, consegue agora estar coesa em torno de Fernando Henrique Cardoso.

A primeira tentativa de implantação do projeto neoliberal no Brasil foi com a candidatura Collor de Mello. Se, por um lado, o Governo desastroso da Casa da Dinda destruiu o Estado, por outro, não permitiu que fossem implantados os mecanismos para que esse projeto começasse a crescer no Brasil.

Outras tentativas, como a Revisão Constitucional, também não tiveram sucesso. Digo que talvez essa tenha sido a última tentativa da elite dominante.

Em seguida, em torno da figura de Fernando Henrique Cardoso, como Ministro da Fazenda, se implanta o Fundo Social de Emergência e o processo de privatização. E até no caso da CPI do Orçamento perdeu apenas alguns anéis para não perder os dedos. E começa, sem dúvida, com a não-cassação de Fiuza o processo de coesão da elite dominante em torno não só da implantação do Plano Real, mas também da candidatura de Fernando Henrique Cardoso à Presidência.

Quando discutíamos no Ceará sobre que postura adotar com relação ao Plano Real, alguém nos perguntava: como ser contra algo que prega a esperança? Talvez tirando o resultado dos seus erros, a elite dominante tenha conseguido apresentar para o Brasil um projeto que configurasse o contexto global e que se anunciou como esperança para o povo brasileiro. É bem verdade que é um projeto eivado de limitações profundas, porque todos nós entendemos que há uma contradição fundamental no modelo neoliberal: enquanto implementa de forma eficiente a competição e a tecnologia em alto grau, tem como essência o desemprego em massa. Portanto, não é por aí que se dará a solução dos problemas do povo brasileiro.

Hoje, implantado no Brasil o projeto neoliberal, nos são colocadas questões preponderantes. Enquanto alguns nos indagam o que faremos na próxima eleição, quero dizer que as esquerdas não só do Ceará, mas de todo o Brasil, devem tirar dessa situação de adversidade os ensinamentos para uma ação mais conseqüente: qual é o projeto capaz de nos unificar numa proposta que realmente anuncie para os trabalhadores a possibilidade de que o atual não seja o fim da história. Isso, portanto, implica para nós uma ação fantástica, porque além de fazermos um acerto com o passado, tiramos da situação adversa todos os elementos necessários para a configuração desse projeto, no qual o povo acredita, para que

aqueles que lutam pelo povo possam desenvolver uma ação eficiente, capaz de trazer, num ato conseqüente, todos aqueles que anseiem por uma sociedade solidária, onde não haja violência, sofrimento e miséria.

Embora derrotada nas urnas, tenho a certeza de alguém que quer construir uma vitória com os trabalhadores. Não me sinto abatida, mas disposta a enfrentar os desafios com aqueles que não capitularam e não acreditam que a falsa social-democracia aí imposta sirva como solução para os problemas do povo brasileiro.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, fica mais uma vez aqui a reafirmação do meu compromisso com o povo.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Eden Pedroso.

O SR. EDEN PEDROSO (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, no primeiro turno das eleições em 3 de outubro, o povo brasileiro votou, mais uma vez, após a implantação de um plano de estabilização no País. Ora, da maneira com que se repetem implementações de planos de estabilização em anos eleitorais, entendemos que seria necessário proteger a Nação, a fim de que possa deliberar livremente, com um dispositivo constitucional que impeça qualquer projeto de estabilização em período eleitoral.

Já vimos esse quadro em 1986, quando do Plano Cruzado. Naquele ano, em razão desse plano, o PMDB, por exemplo, elegeu 22 Governadores e a grande maioria do Congresso Nacional. Agora, novamente, com o Plano Real, elege-se um Presidente da República. Acho que Fernando Henrique perderia para Enéas se não houvesse o Plano de Estabilização.

O povo brasileiro deseja uma moeda forte e viver num País onde não haja inflação galopante como a que vivemos nos últimos anos. O Plano Real está aí. Passaram-se as eleições em primeiro turno, e a própria imprensa sinaliza que os preços começam a se movimentar em todos os setores da economia brasileira.

Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, todos os dias a imprensa retrata a questão da saúde pública no Brasil; as televisões divulgam e os jornais publicam notícias de hospitais que estão fechando, uma vez que já não conseguem mais atender os doentes que para eles acorrem. É uma verdadeira tragédia o quadro da saúde pública no Brasil. Quais são os motivos para que isso aconteça? Quais as razões que levaram o País a esse triste quadro no que diz respeito à saúde pública? Ora, deve haver um responsável pela saúde pública! Ou será que não há responsáveis por esse setor?

Se formos examinar a questão, verificaremos que recursos deixaram de ser repassados para a saúde quando era Ministro da Previdência o Sr. Antônio Britto. S. Ex^a tinha por obrigação de repassar 13% para a saúde pública, mas não o fez. E essa prática vem sendo repetida. Na realidade, o que se está fazendo no País hoje é pagar a dívida pública interna e a dívida externa com a morte, o sacrifício e a doença do povo brasileiro.

Lembro-me muito bem de que o Presidente eleito no Colégio Eleitoral de 1986 dizia que jamais iria pagar as dívidas externa e interna com a morte do povo brasileiro. Mas o que o atual Governo está fazendo é justamente isso, contrariando o propósito de Tancredo Neves. Até os que foram seu porta-voz contribuíram para que se aprofundasse essa crise. Em detrimento do povo brasileiro estão privilegiando o pagamento das dívidas externa e interna.

Por esta razão, Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, criticamos profundamente a maneira como está sendo conduzida a questão da saúde pública no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Hélio Bicudo.

O SR. HÉLIO BICUDO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ninguém mais fa-

lou na Conferência do Cairo sobre o desenvolvimento populacional. Será porque, numa das resoluções adotadas, se fala na exclusão do aborto como medida de contenção da natalidade? Mas será que essa resolução guarda coerência com o conjunto dos objetivos que se procurou encontrar, centrados na correlação população e desenvolvimento econômico, à qual, segundo se pretende, aquela deve submeter-se?

Quando o conclave fala na ampliação dos métodos contraceptivos e busca reprimir a gestação não desejada e abre a porta para que se evitem as gestações de risco, quer dizer, que se bloqueie o nascimento dos malformados física e psiquicamente, é evidente que as considerações sobre o aborto e a esterilização não passam de uma cortina de fumaça a cobrir os verdadeiros desígnios dos países desenvolvidos na linha da submissão dos países pobres para a preservação do *status quo* da dominação e do neocolonialismo.

Para tanto concluir, é importante que se faça um exame mais acurado do que pensam os países desenvolvidos, responsáveis pelos documentos preliminares. Logo no pórtico do *draft* escrito em Nova Iorque surge a proposta de definição do que seja saúde reprodutiva como o conjunto de métodos, técnicas e serviços que contribuem para a saúde e bem-estar reprodutivos, evitando e resolvendo problemas relacionados com a higiene da reprodução, até o aconselhamento de medidas para sua concretização, destacando-se dentre elas o parto sem risco, quer dizer, a interrupção da gravidez, e a infecundidade, quer dizer, esterilidade, com a promoção e o acesso a métodos de contracepção masculina voluntários e adequados.

Acrescente-se, Sr. Presidente, a proposta de que a comunidade internacional deverá examinar a necessidade de capacitação, assistência técnica e supervisão da administração de contraceptivos a curto prazo nos países subdesenvolvidos, na transição de uma economia de administração centralizada para economia de mercado, onde a saúde sexual é medíocre. E em alguns casos está se deteriorando.

Esses países deveriam dar maior atenção a uma gama maior de meios contraceptivos – é o que conclui o congresso – e deveriam refletir sobre a prática atual de recorrer ao aborto para a regulação da fecundidade.

Ora, se lermos com atenção o *draft* final da Conferência do Cairo, iremos encontrar os mesmos conceitos inseridos em seu capítulo VII, que trata dos direitos reprodutivos. Ali se fala em prover os casais das melhores chances de terem crianças saudáveis. E se não forem saudáveis? Dentre as medidas aconselhadas para o parto sem risco está o aborto. E a submissão às condições impostas pela economia de mercado leva a priorizar uma ampla gama de meios anticoncepcionais e, sem condenar, procura a substituição das práticas abortivas por melhores informações e a possibilidade de outras opções nos casos de urgência.

Nesse sentido, especificadamente os governos deveriam atuar para que os casais e os indivíduos assumam a responsabilidade de sua própria saúde sexual e reprodutiva, eliminando as barreiras legais, médicas, clínicas e regulamentares e propiciando a informação e o acesso aos serviços e métodos de planejamento familiar.

E mais: ao tratar dos adolescentes, o documento é mais incisivo, pois além de atentar para a gravidez não desejada, prevenindo o aborto em condições não higiênicas, tem como objetivo substancialmente reduzir todas as gestações de adolescentes. Leia-se ainda nesse capítulo no inciso VII, 44, sobre o mesmo assunto.

Como se vê, Sr. Presidente, a Conferência do Cairo, talvez para respeitar as posições da Igreja, excluiu o aborto dentre as práticas de planejamento familiar. Não condena, entretanto, a esterilização e não profliga o próprio aborto em hipóteses que considera dentro do conceito da saúde repro-

dutiva. Vai daí, que se pode considerar a Conferência do Cairo uma invasão à posição assumida pelo Brasil na Conferência Mundial de População, realizada em Bucareste, em 1974, quando afirmou que a política demográfica brasileira é de seu domínio soberano, mais: que o controle da natalidade é uma decisão do núcleo familiar, o qual, a esse respeito não deve sofrer interferências governamentais, princípios consagrados na atual Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência comunica que não há mais oradores inscritos, a menos que algum Sr. Parlamentar solicite a palavra. (Pausa.)

Passa-se à

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROJETO DE LEI Nº 23, DE 1993-CN

Votação em turno único do Projeto de Lei nº 23

de 1993-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1991 tendo (Mensagem nº 105/93-CN nº 550/93, na origem)

– PARECER proferido em Plenário pelo Deputado Luiz Carlos Santos em substituição à Comissão Mista de Planos Orçamentos Públicos e Fiscalização concluído pela aprovação do Projeto com as alterações apresentadas e rejeição das emendas oferecidas

A matéria constante da pauta se encontra em fase de votação. É necessário, portanto, **quorum** na Casa.

Não há **quorum** para deliberação, sua votação fica abolida.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – A Presidência vai, portanto, encerrar a presente sessão, antes convocando outra para às 11h45min.

(Levanta-se a sessão às 11h05min.)

Ata da 39ª Sessão Conjunta, em 19 de outubro de 1994

4ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Humberto Lucena e Adylson Motta

ÀS 11 HORAS E 45 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Affonso Camargo – Aírton Oliveira – Alufzio Bezerra – Amir Lando – Carlos De'Carli – Carlos Patrocínio – César Dias – Cid Sabóia de Carvalho – Coutinho Jorge – Dario Pereira – Dirceu Carneiro – Divaldo Suruagy – Eduardo Suplicy – Gilberto Miranda – Guilherme Palmeira – Humecto Lucerna – Hydekel Freitas – Jacques Silva – João Calmon – João França – João Rocha – Joaquim Beato – Josafhat Marinho – José Eduardo – José Fogaça – José Paulo Bisol – José Richa – Júlio Campos – Júnia Marize – Jutahy Magalhães – Lavoisier Maia – Levy Dias – Louremberg Nunes Rocha – Lucídio Portella – Mansueto de Lavor – Márcio Lacerda – Marco Maciel – Mauro Benevides – Meira Filho – Moisés Abrão – Nabor Júnior – Nelson Carneiro – Nelson Wedekin – Ney Maranhão – Odacir Soares – Onofre Quinan – Rachid Saldanha Derzi – Reginaldo Duarte – Ronaldo Aragão – Ronan Tito – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Wilson Martins.

E OS SENHORES DEPUTADOS:

Roraima

Alceste Almeida – (PTB); Avenir Rosa – PP; João Fagundes – PMDB; Júlio Cabral – PP; Marcelo Luz – PP; Ruben Bento – Bloco.

Amapá

Aroldo Góes – PDT; Eraldo Trindade – PPR; Fátima Pelaez – Bloco; Gilvam Borges – PMDB; Lourival Freitas – PT; Murilo Pinheiro – Bloco; Sérgio Barcellos – Bloco; Valdenor Guedes – PP.

Pará

Alacid Nunes – Bloco; Carlos Kayath – PTB; Domingos Juvenil – PMDB; Gerson Peres – PPR; Giovanni Queiroz – PDT; Hermínio Calvino – PMDB; Manoel Ribeiro – PMDB; Mário Chermont – PP; Nicias Ribeiro – PMDB; Osvaldo Melo – PPR; Paulo Rocha – PT; Paulo Titan – PMDB; Valdir Ganzer – PT.

Amazonas

Átila Lins – Bloco; Beth Azize – PDT; Euler Ribeiro – PMDB; Ézio Ferreira – Bloco; João Thome – PMDB; José Dutra –

PMDB; Pauderney Avelino – PPR; Ricardo Moraes – PSB.

Rondônia

Antônio Morimoto – PPR; Aparício Carvalho – PSDB; Carlos Camurça – PP; Edison Fidélis – PP; Expedito Rafael – PMN; Maurício Calixto – Bloco; Reditário Cassol – PP.

Acre

Adelaide Neri – PMDB; Célia Mendes – PPR; Francisco Diógenes – PMDB; João Maia – PP; João Tota – PPR; Ronivon Santiago – PPR; Zila Bezerra – PMDB.

Tocantins

Darci Coelho – Bloco; Derval de Paiva – PMDB; Edmundo Galdino – PSDB; Freire Júnior – PMDB; Leomar Quintanilha – PPR; Merval Pimenta – PMDB; Osvaldo Reis – PP; Paulo Mourão – PPR.

Maranhão

César Bandeira – Bloco; Costa Ferreira – PP; Daniel Silva – Bloco; Eurico Ribeiro – PPR; Jayme Santana – PSDB; João Rodolfo – PPR; José Burnett – PPR; José Carlos Sabóia PSB.

Ceará

Aécio de Borba – PPR; Antônio dos Santos – Bloco; Ariosto Holanda – PSDB; Carlos Virgílio – PPR; Edson Silva – PDT; Ernani Viana – PP; Gonzaga Mota – PMDB; Jackson Pereira – PSDB; José Linhares – PP; Luiz Pontes – PSDB; Marco Penaforte – PSDB; Maria Luíza Fontenele – PSTU; Mauro Sampaio – PMDB; Moroni Torgan – PSDB; Pinheiro Landim – PMDB; Sérgio Machado – PSDB; Ubiratan Aguiar – PSDB; Vicente Fialho – Bloco.

Piauí

B. Sá – PP; Ciro Nogueira – Bloco; Jesus Tajra – Bloco; João Henrique – PMDB; José Luiz Maia – PPR; Murilo Rezende – PMDB; Mussa Demes – Bloco; Paes Landim – Bloco; Paulo Silva – PSDB.

Rio Grande do Norte

Henrique Eduardo Alves – PMDB; Iberê Ferreira – Bloco;

João Faustino – PSDB; Laíre Rosado – PMDB; Marcos Formiga – PSDB.

Paraíba

Adauto Pereira – Bloco; Efraim Morais – Bloco; Evaldo Gonçalves – Bloco; Ivandro Cunha Lima – PMDB; José Luiz Clerot – PMDB; Rivaldo Medeiros – Bloco; Vital do Rêgo – PDT; Zuca Moreira – PMDB.

Pernambuco

Álvaro Ribeiro – PSB; Inocêncio Oliveira – Bloco; José Mendonça Bezerra – Bloco; José Múcio Monteiro – Bloco; Maurício Ferreira Lima – PSDB; Mavíael Cavalcanti – Bloco; Nilson Gibson – PMN Osvaldo Coelho – Bloco; Pedro Correa – Bloco; Renildo Calheiros – PCdoB; Roberto Franca – PSB; Roberto Magalhães – Bloco; Salatiel Carvalho – PP; Tony Gel – Bloco; Wilson Campos – PSDB.

Alagoas

Augusto Farias – Bloco; José Thomaz Nono – PMDB; Mendonça Neto – PDT; Roberto Torres – PTB; Vitorio Malta – PPR.

Sergipe

Benedito de Figueiredo – PDT; Cleonânio Fonseca – PPR; Djenal Gonçalves – PSDB; Jerônimo Reis – PMN; José Teles – PPR; Pedro Valadares – PP.

Bahia

Alcides Modesto – PT; Ângelo Magalhães – Bloco; Aroldo Cedraz – Bloco; Benito Gama – Bloco; Carlos Sant'Anna – PP; Clóvis Assis – PSDB; Félix Mendonça – PTB; Geddel Vieira Lima – PMDB; Haroldo Lima – PCdoB; Jabes Ribeiro – PSDB; Jairo Carneiro – Bloco; Jaques Wagner – PT; João Almeida – PMDB; Jorge Khoury – Bloco; José Carlos Aleluia – Bloco; Jutahy Júnior – PSDB; Leur Lomanto – Bloco; Lais Eduardo – Bloco; Luiz Moreira – Bloco; Luiz Viana Neto – Bloco; Manoel Castro – Bloco; Nestor Duarte – PMDB; Pedro Irujo – PMDB; Prisco Viana – PPR; Ribeiro Tavares – PL; Sérgio Gaudenzi – PSDB; Tourinho Dantas – Bloco; Uldurico Pinto – PSB; Waldir Pires – PSDB.

Minas Gerais

Aécio Neves – PSDB; Agostinho Valente – PT; Aloisio Vasconcelos – PMDB; Annibal Teixeira – PP; Armando Costa – PMDB; Avelino Costa – PPR; Edmar Moreira – PP; Elias Murad – PSDB; Felipe Neri – PMDB; Fernando Diniz – PMDB; Genésio Bernardino – PMDB; Getúlio Neiva – PL; Humecto Souto – Bloco; Israel Pinheiro – PTB; João Paulo – PT; José Rezende – PTB; José Santana de Vasconcelos – Bloco; Lael Varella – Bloco; Marco Lima – PMDB; Mario Assad – Bloco; Mauricio Campos – PL; Neif Jabur – PMDB; Nilmário Miranda – PT; Odelmo Leão – PP; Osmânio Pereira – PSDB; Paulino Cícero de Vasconcelos – PSDB; Paulo Delgado – PT; Paulo Heslander – PTB; Philemon Rodrigues – PTB; Raul Belém – PP; Romel Anísio – PP; Ronaldo Perim – PMDB; Samir Tannus – PPR; Sandra Starling – PT Sérgio Miranda – PCdoB; Sérgio Naya – PP; Tarcísio Delgado – PMDB; Tilden Santiago – PT; Vittorio Mediolí – PSDB; Wagner do Nascimento – PP; Zaire Rezende – PMDB

Espírito Santo

Armando Viola – PMDB; Etevalda Grassi de Meneses – PTB; Helvécio Castello – PT; Jones Santos Neves – PL; Jório de Barros – PMDB; Lézio Sathler – PSDB; Nilton Baiano – PMDB; Rita Camata – PMDB; Roberto Valadão – PMDB; Rose de Freitas

Rio de Janeiro

Álvaro Valle – PL; Amaral Netto – PPR; Arolde de Oliveira – Bloco; Artur da Távola – PSDB; Benedita da Silva – PT; Carlos Lupi PDT; Carlos Santana – PT; Cidinha Campos – PDT; Fernando Lopes – PDT; Francisco Silva – PP; Jair Bolsonaro – PPR; Jamil Haddad – PSD; João Mendes – PTB; José Carlos Coutinho – PDT; José Mauricio – PDT; Laprovita Vieira – PP; Luiz Salomão – PDT; Marino Clinger – PDT; Miro Teixeira – PDT; Nelson Bornier – PL; Paulo Portugal – PP; Rubem Medina – Bloco; Sandra Cavalcanti – PPR; Sérgio Arouca – PPS; Sérgio Cury – PDT; Sidney de Miguel – PV; Vivaldo Barbosa – PDT; Vladimir Palmeira – PT.

São Paulo

Alberto Goldman – PMDB; Aldo Rebelo – PCdoB; Aloizio Mercadante – PT; Armando Pinheiro – PPR; Arnaldo Faria de Sá – PPR; Ary Kara – PMDB; Beto Mansur – PPR; Cardoso Alves – PTB; Carlos Nelson – PMDB; Cunha Bueno – PPR; Delfim Netto – PPR; Diogo Nomura – PL; Eduardo Jorge – PT; Ernesto Gradel-la – PSTU; Euclides Mello – PRN; Fábio Feldmann – PSDB; Fausto Rocha – PL; Florestan Fernandes – PT; Gastone Righi – PTB; Heitor Franco – PPR; Hélio Bicudo – PT; Hélio Rosas – PMDB; Irma Passoni – PT; João Mellão Neto – PL; Jorge Tadeu Mudalen – PMDB; José Abrão – PSDB; José Anibal – PSDB; José Dirceu – PT; José Genoíno – PT; José Maria Eymael – PPR; José Serra – PSDB; Koyu Iha – PSDB; Liberato Caboclo – PDT; Luiz Carlos Santos – PMDB; Luiz Gushiken – PT; Luiz Maximo – PSDB; Maluly Netto – Bloco; Marcelino Romano Machado – PPR; Marcelo Barbieri – PMDB; Mauricio Najar – Bloco; Mendes Botelho – PP; Michel Temer – PMDB; Nelson Marquezelli – PTB; Oswaldo Stecca – PMDB; Paulo Novaes – PMDB; Pedro Pavão – PPR; Robson Tuma – PL; Tuga Angerami – PSDB; Valdão Gomes – PP; Valdemar Costa Neto – PL; Wagner Rossi – PMDB; Walter Nory – PMDB.

Mato Grosso

Augustinho Freitas – PP; João Teixeira – PL; Joaquim Sucena – PTB; Jonas Pinheiro – Bloco; Rodrigues Palma – PTB; Wellington Fagundes – PL

Distrito Federal

Augusto Carvalho – PPS; Benedito Domingos – PP; Chico Vigilante – PT; Jofran Frejat – PP; Maria Laura – PT; Osório Adriano – Bloco; Sigmaringa Seixas – PSDB.

Goiás

Antonio Faleiros – PSDB; Haley Margon – PMDB; João Natal – PMDB; Lazaro Barbosa – PMDB; Lúcia Vânia – PP; Maria Valadão – PPR; Mauro Borges – PP; Naphtali Alves de Souza – PMDB; Roberto Balestra – PPR; Vilmar Rocha – Bloco; Virmondes Cruvinel – PMDB; Zé Gomes da Rocha – PRN.

Mato Grosso do Sul

Elísio Curvo – PTB; George Takimoto – Bloco; José Elias – PTB; Marilu Guimarães – Bloco; Nelson Trad – PTB; Valter Pereira – PMDB; Waldir Guerra – Bloco.

Paraná

Abelardo Lupion – Bloco; Antonio Barbara – S/P; Antonio Ueno – Bloco; Basilio Villani – PPR; Denis Schwartz – PSDB; Edesio Passos – PT; Edi Siliprandi – PSD; Élio Dalla-Vecchia – PDT; Flávio Arns – PSDB; Homero Oguido – PMDB; Ivanio Guerra – Bloco; Joni Varisco – PMDB; Luciano Pizzatto – Bloco;

Luiz Carlos Hauly – PP; Matheus Iensen – PSD; Munhoz da Rocha – PSDB; Otto Cunha – PPR; Paulo Bernardo – PT; Pedro Tonelli – PT; Reinhold Stephanes – Bloco; Werner Wanderer – Bloco; Wilson Moreira – PSDB.

Santa Catarina

César Souza – Bloco; Dejandir Dalpasquale – PMDB; Edson Andriano – PMDB; Jarvis Gaidzinski – PPR; Luiz Henrique – PMDB; Nelson Morro – Bloco; Neuto de Conto – PMDB; Orlando Pacheco – PSD; Paulo Bauer – PPR; Paulo Duarte – PPR; Valdir Colatto – PMDB; Vasco Furlan – PPR.

Rio Grande do Sul

Adão Pretto – PT; Adroaldo Streck – PSDB; Adylson Motta – PPR; Aldo Pinto – PDT; Amaury Müller – PDT; Carlos Azambuja – PPR; Carlos Cardinal – PDT; Carrion Júnior – PDT; Celson Bernardi – PPR; Eden Pedroso – PT; Fernando Carrion – PPR; Fetter Júnior – PPR; Germano Rigotto – PMDB; Hilario Braun – PMDB; Ivo Mainardi – PMDB; João de Deus Antunes – PPR; José Fortunati – PT; Luiz Roberto Ponte – PMDB; Mendes Ribeiro – PMDB; Nelson Jobim – PMDB; Odacir Klein – PMDB; Osvaldo Bender – PPR; Paulo Paim – PT; Telmo Kirst – PPR; Valdomiro Lima – PDT; Victor Faccioni – PPR; Waldomiro Fioravante – PT; Wilson Müller – PDT.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – As listas de presença acusam o comparecimento de 53 Srs. Senadores e 384 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de Breves Comunicações.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Eduardo Jorge.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, continua crescendo em todo o País e em todos os partidos a mobilização em defesa da recontagem de cerca de 3 mil votos na eleição para Senadores no Estado da Bahia. Foi denunciado pelo Deputado Waldir Pires um caso flagrantemente irregular de manipulação de votos em favor do segundo candidato do PFL, o Sr. Waldeck Ornelas. As evidências, as estatísticas, o bom senso apontam que realmente houve manipulação de cerca de 3 mil votos.

Hoje, com a chegada do Deputado Waldir Pires a Brasília, promoveremos uma reunião no Centro Cultural desta Casa, às 15 horas, para que S. Ex^a explique com detalhes como foi feita essa manipulação para burlar a vontade democrática do povo baiano.

Convido os Congressistas de todos os partidos para comparecerem ao Centro Cultural às 15 horas, e também para 18h30min, irmos ao Tribunal Superior Eleitoral expressar essa indignação de Deputados e Senadores dos mais variados partidos contra esses acontecimentos na Bahia e reforçar o pedido de recontagem dos 3 mil votos. E às 18h30min sairá da entrada principal desta Casa um microônibus com Senadores e Deputados dos mais variados partidos – PPR, PT, PCdoB – rumo ao TSE, onde manifestamos nossa revolta com a fraude que ocorreu na Bahia.

É preciso que essa mobilização tenha sucesso e que haja sensibilidade por parte da Justiça eleitoral para que a escolha dos Parlamentares não seja maculada ao entrar neste plenário um Senador visivelmente eleito pela fraude. Seria uma desonra para o Congresso Nacional e uma vergonha para a Justiça eleitoral brasileira que uma fraude tão grosseira, tão evidente prosperasse.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Jabes Ribeiro.

O SR. JABES RIBEIRO (PSDB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, quero inicial-

mente parabenizar todos os companheiros vitoriosos no pleito realizado no último dia 3 de outubro, e dizer que, no nosso entendimento, as urnas devem representar a verdade, sobretudo para que não haja dúvida quanto à vontade popular.

Creio que, independentemente de qualquer atitude no sentido de condenar quem quer que seja no que diz respeito às denúncias ocorridas na Bahia envolvendo a eleição para o Senado, não há dificuldade alguma em se promover a recontagem dos votos. Se não houve problema, como alegam os governistas, nenhuma atitude poderá colocar em risco a verdade eleitoral, aquilo que realmente a população desejava expressar.

Por outro lado, Sr. Presidente, queremos ainda nesta oportunidade fazer um alerta a esta Casa. Realizarmos, nesta Legislatura, uma ação extremamente importante no sentido de corrigir os problemas ocorridos no Orçamento, que resultaram na instalação de uma CPI.

Creio que a nova Legislatura tem o dever de verificar o que está ocorrendo na área de saúde. É fundamental criar uma CPI para investigar a utilização dos recursos da saúde em nosso País. A quantidade de Deputados eleitos para esta Casa com votações magníficas e que estão ligados ao chamado esquema da saúde, não é brincadeira!

Após as eleições de 1990, comentava-se que o pessoal da Comissão de Orçamento tivera uma votação extraordinária. Agora, nas eleições de 1994, a história muda de nome. Dizem que a turma do "esquema da saúde" teve uma votação extraordinária. É preciso verificar esses fatos, Sr. Presidente, para que os recursos públicos não sejam novamente desviados dos seus reais objetivos para outros que, infelizmente, não são os mais corretos e justos.

Denúncias a respeito da utilização de verbas de saúde por Deputados sem nenhuma história, que nunca prestaram serviço ao País e que tiveram extraordinárias votações é um problema grave, e cabe a esta Casa analisá-lo, para que o Ministro da Saúde, seja ele quem for, não fique afirmado aos jornais que faltam recursos para o setor, enquanto muitos malandros estão enchendo os bolsos com o dinheiro dos impostos que o povo paga. Em vez de os hospitais prestarem melhor atendimento, lamentavelmente o que temos são pessoas ligadas ao "esquema da saúde", que se servem do setor em detrimento dos interesses da população.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Genoíno.

O SR. JOSÉ GENOÍNO (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, há um debate importante na sociedade que, certamente terá reflexo no Congresso Nacional.

Refiro-me à discussão sobre a agenda política que o País tem de enfrentar como resultado das eleições majoritárias e das proporcionais.

Há consenso em pontos dessa agenda, mas, no debate de mérito, tanto na sociedade como no Congresso, não há tanto consenso assim.

É importante, neste final de mandato termos a consciência de que na transição de uma legislatura para outra temos que colocar no centro de nossas preocupações a agenda propositiva para o País. Uma parte da agenda diz respeito aos elementos mínimos da governabilidade do País e que este Congresso tem de resolver e tratar. E há a agenda substantiva de reforma constitucional, que terá de ser tratada no debate político, mas sua viabilidade somente ocorrerá a partir de 1º de fevereiro, com a posse dos novos Congressistas.

Essa agenda só será tratada de maneira adequada pelo Congresso Nacional se, preliminarmente, realizarmos grandes reformas no que diz respeito ao funcionamento do Congresso, à organi-

zação do processo legislativo, à maneira de debater e votar o Orçamento da União, numa verdadeira reforma administrativa da Casa.

A Câmara dos Deputados precisa de uma espécie de cirurgia democrática para que possa funcionar. A funcionalidade do Parlamento, Sr. Presidente, foi um dos graves problemas que se refletiu na votação de 3 de outubro, seja na decisão do eleitor no sentido de votar em branco, anular seu voto ou se abster de votar, seja no sentido de muitos companheiros, com o trabalho sério e presença constante nesta Casa, não terem conseguido a reeleição, porque, para a população, separar o joio do trigo foi muito difícil no processo eleitoral.

É claro que é necessário uma série de reformas políticas no que diz respeito ao sistema eleitoral, ao voto facultativo e a uma lei eleitoral que coloque o debate sobre a eleição proporcional num patamar diferente do que foi essa eleição.

Se não iniciarmos um debate sobre as reformas internas do Parlamento, mudanças no Regimento Interno, mudanças administrativas, poderemos perder este novo pique que nasce da lição das urnas, para reformular a Casa.

Estou preocupado com isso, estou me dedicando a esta questão e entendo, Sr. Presidente, que o debate sobre as futuras Mesas do Senado e da Câmara tem de ser precedido de uma discussão sobre mudanças profundas no funcionamento das suas Instituições e do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Adylson Motta) – Concedo a palavra ao nobre Deputado José Luiz Clerot.

O SR. JOSÉ LUIZ CLEROT (PMDB – PB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, quero enaltecer perante esta Casa o comportamento da Justiça Eleitoral deste País, notadamente o do Tribunal Superior Eleitoral.

Não há dúvida de que a eleição deste ano ocorreu em um clima de tranquilidade como nunca se viu, apesar das preocupações que havia em todos os recantos do País com a votação com duas cédulas e duas cabines.

Apenas no Estado do Rio de Janeiro existem problemas. No resto do País a eleição realizou-se dentro da segurança esperada, da lisura indispensável e sob a vigilância do Tribunal Superior Eleitoral.

Quero ressaltar aqui exatamente a posição do Tribunal Superior Eleitoral, dos seus membros, dos seus Juízes. O Tribunal, como todos sabemos, é composto por três Ministros do Supremo Tribunal Federal, homens da maior envergadura, como Carlos Mário Velloso, Sepúlveda Pertence e Marco Aurélio de Mello. É composto ainda por dois Ministros do Tribunal Superior de Justiça. Lá estão também o paulista Flaquer Scartezini, homem com uma vida pública testada na magistratura e agora pontificando na Justiça Eleitoral como Corregedor, e os advogados Torquato Jardim e José Bonifácio Diniz de Andrada, que advogou por muito tempo conosco na Capital da República nos Tribunais Superiores.

Pois bem. Esse é um Tribunal que merece ser enaltecido pela lisura do seu comportamento, pela seriedade das suas decisões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, podemos, muitas vezes, discordar das decisões dos Tribunais. Ao longo da minha vida profissional, mais de trinta anos, divergi de muitas decisões, não me conformei com centenas, mas minhas esperanças nunca morreram, porque tínhamos à disposição do regime democrático os recursos adequados e apropriados e sempre os exercitamos e, na maioria das vezes, em quase todas elas, tivemos os nossos recursos providos. Nos momentos difíceis da ditadura militar tínhamos a impressão de que as nossas esperanças haviam acabado, mas foi o próprio Superior Tribunal Militar que as fez ressuscitar.

É preciso acreditarmos no Poder Judiciário e, sem dúvida alguma, temos de dar a nossa contribuição para que o Judiciário

seja cada vez mais forte, independente e altaneiro.

Congratulo-me com toda a Justiça Eleitoral deste País, em particular com a da minha terra, e com o Superior Tribunal Eleitoral, que, sem dúvida alguma, nesta página da História, dignifica os rumos que o Brasil toma para o futuro.

Durante o discurso do Sr. José Luiz Clerot, o Sr. Adylson Motta, Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. EDUARDO JORGE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. EDUARDO JORGE (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou aqui como Vice-Líder do PT para transmitir a V. Ex^a a posição da nossa bancada no sentido de votar contra o Orçamento.

Não faremos um processo de obstrução. Vamos votar inclusive com as três emendas sobre as quais o Colégio de Líderes chegou a um acordo, na área da educação. Porém, o nosso Líder José Fortunati, no Colégio de Líderes, deixou claro que queremos o registro das presenças. Não faremos obstrução, repito. Vamos estar presentes e votar, mas não concordamos com a votação do Orçamento sem o registro da presença dos Srs. Parlamentares no painel.

Então, Sr. Presidente, a questão de ordem que apresento a V. Ex^a, em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, é para que se abra o painel para o registro dos Deputados e Senadores, para evitar, inclusive, que se perca o registro daqueles que estão presentes e têm de comparecer a outros compromissos.

É a questão de ordem que o Partido dos Trabalhadores formula a V. Ex^a, que se abra o painel, para que se faça o registro imediato da presença dos Deputados e Senadores que aqui estão prestigiando a discussão e votação do Orçamento.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência lembra a V. Ex^a que as listas de presença acusam o comparecimento de 283 Srs. Deputados e 42 Srs. Senadores.

O SR. EDUARDO JORGE – Eu sei, Sr. Presidente, mas, sinceramente, o Partido dos Trabalhadores quer e acha conveniente o registro no painel; caso contrário seremos obrigados a pedir a verificação de **quorum**.

Não estamos em obstrução. Vamos votar, mas dependemos do registro no painel.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência, atendendo ao pedido de V. Ex^a, vai abrir o painel e solicita aos Srs. Senadores e Deputados que não se encontram no recinto que venham ao plenário para registrar suas presenças no painel eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PMDB, Deputado Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, duas comunicações foram feitas pelo Presidente eleito ou pelo futuro Governo, as quais, acredito, vão na direção que esta Casa poderia esperar.

A primeira delas diz respeito à possível retirada da proposta orçamentária de 1995 para reestudo. Felizmente, parece que aqueles que defendiam a retirada da proposta orçamentária entenderam que isso seria um equívoco, como equivocadas foram as várias retiradas do Orçamento de 1994, o que determinou todo o atraso na sua aprovação.

Sr. Presidente, muitos não se lembram de que a proposta orçamentária de 1994 foi retirada desta Casa por três vezes, aqui

chegando definitivamente no mês de maio, quando o Orçamento teria de ser votado no ano passado.

A decisão de não retirar a proposta de 1994 é a mais acertada. Se essa retirada acontecesse, não tenho dúvida de que o Congresso pagaria novamente pelo atraso da aprovação do Orçamento. Nós, que já estávamos criticando a possível retirada da proposta de 1995 do Congresso Nacional, hoje temos de dizer que o atual e o futuro Governo estão na direção certa quando dizem que manterão a proposta enviada. O Congresso Nacional tem culpa pelo desgaste que está sofrendo por não ter aprovado ainda a proposta orçamentária, mas a culpa maior é do Executivo, que a remeteu e a retirou cinco vezes desta Casa. Isso determinou toda essa situação de estarmos no mês de outubro sem termos aprovado ainda o Orçamento.

Sr. Presidente, que o erro não se repita; que permaneça a proposta enviada; que venhamos a trabalhá-la nesses próximos dias. Vamos aprová-la até o final do ano com as modificações que entendemos devam acontecer, mas sem nenhuma retirada, sem nenhum percalço maior e sem o Executivo, com a retirada, determinar mais desgaste para o Congresso Nacional e mais problemas para a Nação. É um absurdo trabalharmos todo esse tempo sem aprovarmos o Orçamento. Se parte da culpa é do Legislativo, grande parte dela é do Executivo.

No momento em que o futuro Presidente Fernando Henrique Cardoso diz que não se deve votar açodadamente nenhuma proposta de emenda constitucional, igualmente entendo que o Congresso Nacional pode promover mudanças estruturais, com as reformas fiscal, tributária e previdenciária, buscando o entendimento, durante esses dois meses e meio, junto com o atual e o futuro Governo, mas sem a precipitação de termos tramitando uma emenda constitucional que não signifique o entendimento e a rapidez de aprovação dessas mudanças de que o País necessita.

Assim, a decisão de não enviar açodadamente uma proposta de emenda constitucional, para o Congresso também é correta. Com o atual e o futuro Governo, o Congresso Nacional pode costurar o entendimento que ainda não existe com relação à nova estrutura tributária do País e às reformas fiscal e previdenciária.

Se até o final de dezembro o Presidente eleito não tiver em mãos esses instrumentos e as mudanças estruturais já aprovadas pelo Congresso, pelo menos terá o mínimo de entendimento para a rápida tramitação dessas mudanças no futuro Congresso.

Sr. Presidente, espero ver votada ainda este ano a reforma tributária. Sei, porém, dos nossos problemas regimentais, dos prazos a serem cumpridos, da falta de entendimento e da necessidade de apartarmos ainda algumas arestas para produzir essa nova estrutura tributária. O Congresso Nacional pode, nesses dois meses e meio, trabalhar na busca do entendimento que não existe...

(Tumulto em plenário)

A retirada do Orçamento de 1995 da proposta orçamentária seria um equívoco. Felizmente aqueles que defendiam essa retirada estão voltando atrás. A precipitação de se enviar uma emenda constitucional que traga reformas estruturais num final de legislatura seria também um equívoco. Vamos trabalhar para costurar, para produzir o entendimento, para fazer com que aquilo que venha a ser enviado ao Congresso Nacional seja algo que tramite com facilidade. Temos dois meses e meio para produzir esse entendimento. Temos a possibilidade de nesse período discutir, inclusive, a mudança do ano fiscal, para que o novo sistema tributário seja implantado no ano que vem.

Esperamos que os Parlamentares venham ao plenário para registrar suas presenças, a fim de votarmos o Orçamento de 1994.

O Deputado Marcelo Barbieri pede-me um aparte, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO BARBIERI – Sr. Presidente, aproveitando a generosidade do nobre Líder Germano Rigotto, também gostaria de registrar que a proposta orçamentária a ser votada não apresenta apreciação das emendas, em função do acordo que os Líderes realizaram. Mas as emendas – em número de 50 e não mais de 25 – ao Orçamento de 1995 terão de ser apresentadas até o dia 24 de outubro. Sr. Presidente, nessa proposta que deveremos votar, a área da educação – salário-educação, a área universitária e as bolsas de estudos – está sendo resgatada pelo acordo de Liderança. Pelo menos as bolsas de estudos, que muitos não estão recebendo pelo fato de não ter sido votado ainda o Orçamento. Registro, ainda, que ontem a imprensa divulgou que há dez meses o Orçamento está rolando no Congresso Nacional, o que é uma inverdade. Inclusive isso foi divulgado também pelo repórter Carlos Monforte, da Rede Globo. Isso é uma mentira! Mostrou não ter escrupulo aquele que a divulgou, porque ela é mentirosa. O Orçamento veio ao Congresso Nacional em maio de 1994, ou seja, há cinco meses e não há dez. E o Orçamento ainda não foi aprovado por obstrução feita pela bancada que apóia o Governo. É isso que precisa ser registrado e não a falta de empenho deste Parlamento. E V. Ex.^a, como Presidente desta Instituição, tem se empenhado sobremaneira na sua aprovação. E não foi à toa que V. Ex.^a foi reeleito na Paraíba, com uma grande votação, e agora tentam cassá-lo no "tapetão".

Tenho certeza de que a justiça será feita e que V. Ex.^a será reconduzido ao mandato de Senador da República, que conquistou na urna e não pode agora ser derrubado pelo "tapetão" da República.

Quero solidarizar-me com V. Ex.^a pelo empenho que sempre teve na aprovação do Orçamento da União.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Continua com a palavra o Congressista Germano Rigotto, que concedeu apenas um aparte ao nobre Deputado Marcelo Barbieri. S. Ex.^a continua com a palavra como Líder.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para concluir, convocamos os colegas para que venham ao plenário registrar suas presenças, a fim de que possamos imediatamente passar à deliberação da proposta orçamentária de 1994, que é o desejo de V. Ex.^a e o de todos que aqui estão.

Há necessidade de alcançarmos o **quorum**; por isso a convocação dos colegas para que acorram ao plenário.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência deve um esclarecimento ao Plenário a respeito do noticiário de que o Senhor Presidente da República, Itamar Franco, ou possivelmente o futuro Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, estariam, um ou outro, na disposição de solicitar a retirada da proposta orçamentária de 1995 do Congresso Nacional.

Não há a menor procedência dessa informação. Em primeiro lugar, porque seria absolutamente inconstitucional – e disse isso, como Presidente do Congresso Nacional, ao Sr. Presidente e ao Sr. Ministro do Planejamento, Beni Veras –, porque diz, textualmente, o art. 35, § 2º, inciso III, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

"III – O projeto de lei orçamentário da União será encaminhado até quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvido para sanção até o encerramento da sessão legislativa".

Por sua vez, o art. 166, § 5º, da Constituição Federal estabelece:

"§ 5º O Presidente da República poderá enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão Mista, da parte cuja alteração é proposta."

Por conseguinte, de acordo com a Constituição, o Senhor Presidente da República apenas tem o direito de enviar mensagens adicionais, fazendo propostas de alteração ao Orçamento já enviado. Assim, jamais poderia S. Exª retirá-lo do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência solicita aos Srs. Congressistas que estão fora do recinto que venham ao plenário registrar presença, a fim de que possamos alcançar o **quorum** necessário para dar início à Ordem do Dia e proceder à votação da proposta orçamentária de 1994, de acordo com o entendimento verificado entre os Líderes das duas Casas em reunião no gabinete da Presidência do Senado Federal, presente também o Presidente da Câmara, Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, registro a presença neste plenário do Ministro Beni Veras, da Pasta do Planejamento, que acaba de inaugurar no recinto do Congresso Nacional o sistema multimídia "Orçamento Cidadão". Através desse instrumento, os cidadãos brasileiros e as organizações governamentais e não-governamentais estarão, a partir de agora, em condições de acompanhar de perto o Orçamento da União. Na demonstração feita há pouco estava exposto o Orçamento de 1995. Então, qualquer pessoa pode acionar aquele mecanismo de informática e obter, das diversas regiões do Brasil, informações sobre programas dos Ministérios.

É importante, Senador Humberto Lucena, que todos os Parlamentares tenham conhecimento desse novo instrumento, que garante maior transparência no que diz respeito ao Orçamento. Sugiro também à Presidência do Congresso Nacional – se é que já não foi tomada essa decisão – que tal mecanismo seja ligado aos terminais de computador existentes nos gabinetes dos Parlamentares. Já temos acesso, através do Siafi, ao Orçamento; que tenhamos acesso também a esse novo sistema – "Orçamento Cidadão". Acabo de conhecê-lo e o considero um passo significativo para se garantir maior cidadania aos brasileiros.

Deixo esta sugestão à Presidência do Congresso Nacional para que todos os Srs. Senadores e Deputados tenham maior facilidade de acesso a esse novo mecanismo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Solicito ao nobre Senador que entre em contato com o meu gabinete, para que possamos atender ao justo pleito que V. Exª acaba de apresentar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência registra a presença no plenário do Exmº Sr. Ministro Beni Veras, da Secretaria do Planejamento da Presidência da República, e congratula-se com S. Exª pelo fato de haver inaugurado na sede do Congresso Nacional o dispositivo referente ao "Orçamento Cidadão" a que acaba de se referir o nobre Senador Eduardo Suplicy.

Concedo a palavra ao nobre Deputado João Paulo.

O SR. JOÃO PAULO (PT – MG. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Congressistas, nesta sessão do Congresso Nacional pretende-se aprovar o Orçamento de 1994, faltando apenas dois meses e meio para o encerramento do ano. Tenho denunciado veementemente a renúncia desta Casa quanto a legislar sobre a principal matéria de sua atribuição: o Orçamento.

O Governo, Sr. Presidente, desacatou esta Casa, atropelou a lei, gastou o que quis, e nada se faz. Na Comissão do Orçamento,

requeri – e o Plenário da Comissão aprovou – levantamento da execução financeira feita pelo Governo, que se deveria restringir ao limite do duodécimo, mas não ficou somente nisso. A assessoria da Comissão de Orçamento constatou que o Governo havia exorbitado, pois não se enquadrou nos limites da lei, gastando além da autorização legal que tinha.

Diante dessa constatação, solicitei ao Presidente da Comissão, Senador Raimundo Lira, que tomasse as medidas cabíveis e submetesse ao Plenário da Comissão de Orçamento a aprovação do requerimento que então fazia, no sentido de que aquele órgão notificasse o tribunal de Contas da União e enviasse à Procuradoria-Geral da República a documentação, de posse da Comissão, que comprovava o ilícito do Governo na sua execução financeira. Pois bem, embora eu tenha solicitado reiteradamente o cumprimento da decisão do Plenário da Comissão, até hoje o Senador Raimundo Lira não o fez. Mesmo assim, solicitarei à Presidência da Comissão que me forneça a documentação pertinente ao levantamento feito pela assessoria, comprovando as irregularidades praticadas pelo Governo Itamar, que encaminharei à Presidência da Casa, com requerimento no sentido de que V. Exª determine ao Tribunal de Contas que faça um levantamento mais amplo, abrangendo, além dos meses em que já se apuraram irregularidades, o interregno até que o Orçamento seja aprovado, a fim de que se comprove o comportamento lícito ou ilícito do Congresso nesse período, para as providências cabíveis.

Mas o que não pode ocorrer é que essas irregularidades se repitam. Corre, dentro desta Casa, a notícia de que pretendem retirar o Orçamento de 1995 para uma revisão, a fim de compatibilizá-lo com a vontade do novo Presidente da República. Não podemos admitir isso, Sr. Presidente! Não podemos permitir que no próximo ano se faça a mesma coisa que no ano em curso: que o Governo venha a repetir as irregularidades que vem praticando, que faça do Orçamento o que quer, que atrole esta Casa e a lei. Devemos aprovar o Orçamento de 1995 até o dia 15 de dezembro. O Governo, caso queira, tem instrumentos para modificá-lo no ano que vem.

Portanto, espero que esta Casa não permita a repetição das irregularidades praticadas neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O Sr. Secretário vai ler os expedientes que se encontram sobre a mesa.

São lidos os seguintes expedientes:

OF/GAB/I/Nº 547/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados José Augusto Curvo e Gilvan Borges para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 621, de 22 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.
OF/GAB/I/Nº 548/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Luís Roberto Ponte e Pedro Novais para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 622, de 22 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 549/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados João Fagundes e Hélio Rosas para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 623, de 23 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 550/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Roberto Valadão e Zila Bezerra para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 624, de 23 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 551/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Ivandro Cunha Lima e Mauro Sampaio para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 625, de 23 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 552/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Marcos Lima e Carlos Nelson para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 626, de 23 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 553/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Carlos Nelson e Haley Margon para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 627, de 23 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 554/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Milho Baiano e Cuca Moreira para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 628, de 23 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 555/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Luís Roberto Ponte e Gonzaga Motta para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 629, de 23 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 556/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Nelson Proença e Gonzaga Motta para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 630, de 23 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

OF/GAB/I/Nº 558/94

Brasília, 19 de outubro de 1994

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados José Thomaz Nonô e Ary Kara para integrar, respectivamente, na qualidade do Titular e Suplente, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 631, de 23 de setembro de 1994, em minha substituição e do Deputado Germano Rigotto.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Tarcísio Delgado**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Serão atendidas as solicitações dos Srs. Líderes.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cid Sabóia de Carvalho, que falará como Líder do PMDB no Senado.

O SR. CID SABÓIA DE CARVALHO (PMDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, vamos chegando a um momento importantíssimo para o Congresso Nacional, quando aqui examinaremos, com a atual formação, alguns assuntos que, por certo, serão os últimos do atual Governo

Itamar Franco e os primeiros da gestão daquele que acaba de ser escolhido pelos eleitores brasileiros como futuro Presidente da República, o integrante do Senado Federal e do Congresso Nacional Fernando Henrique Cardoso.

Lamentavelmente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, é bem provável que não resolvamos a questão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, longa luta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, um verdadeiro ideal dos Congressistas brasileiros.

Infelizmente, a educação no Brasil atingiu um estágio complicado, um estágio muito difícil, há um verdadeiro conflito da escola pública com a escola particular e divergências quanto à filosofia que leva à distribuição de verbas diante do dilema de saber se é melhor fortalecer o ensino básico ou incrementar com toda a força o ensino na universidade brasileira.

Chegamos ao final de nossos mandatos sem que tenha sido possível aprovar no Senado Federal o parecer que elaborei na Comissão de Educação relativo ao projeto de lei da Câmara dos Deputados que traça as diretrizes e bases para a educação no Brasil.

É preciso também notar neste momento, Sr^{as} e Srs. Congressistas, que o Presidente da República já se apresta para uma modificação administrativa da mais alta relevância no que diz respeito ao Conselho Federal de Educação. Significa dizer que na Lei de Diretrizes e Bases, no parecer que elaborei, no projeto que saiu da Câmara dos Deputados e que tem sua versão final no Senado Federal, já há a criação de um novo Conselho para esta finalidade de dirigir a educação no Brasil. E por certo é este conceito que está no nosso parecer que há de ser repetido na providência que se anuncia do Sr. Presidente da República Itamar Franco, nos últimos meses em que está à frente do Governo brasileiro.

Não há como negar a urgente necessidade de termos um Conselho para a educação que não seja cartorial, que não seja de proteção ao comércio do ensino, mas sim de proteção ao ensino, à educação em si. Não podemos mais comportar na educação brasileira toda aquela atmosfera que levou a erros inevitáveis, que se consumaram ao longo dos últimos anos no nosso País. Hoje, a educação está vivendo um momento dramático: nem se consegue organizar o ensino básico de modo satisfatório nem fazer com que sobrevivam as universidades públicas brasileiras. O ensino encontra-se em verdadeiro abandono. É realmente muito triste o quadro hoje infelizmente no Brasil tanto no ensino, assim se entendendo num conceito mais restrito, como no que concerne à educação em si, para comportar um conceito mais amplo.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, também vamos chegando a uma outra realidade, neste final de mandato: é urgente a mudança da lei processual penal e na lei penal brasileiras. As mudanças relativas à Justiça Militar estão praticamente prontas, mas dormitam na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. É lamentável que ainda não esteja pronta a modificação proposta pela Câmara dos Deputados que trata de uma nova dimensão para os crimes cometidos por militares, na conceituação daquilo que realmente seja da competência dos órgãos da Justiça Militar. Mas também é urgente numa revisão, tanto na lei civil como na lei penal, sobre a maioridade do brasileiro — não apenas a maioridade no campo civil, mas a maioridade também no campo penal.

É evidente que a maioridade criminal aos 18 anos já não encontra ressonância no quadro social brasileiro, neste exato momento. Se examinarmos o que está acontecendo no Brasil, haveremos de convir que o maior número de crimes é hoje praticado por pessoas que ainda não chegaram aos 18 anos. Os crimes praticados por garotos de 16, 15, 14 e até 13 e 12 anos levam à necessidade de reduzirmos a idade que demarca a responsabilidade criminal de 18 para 15 anos — ou quem sabe, até para menos, para 14 anos;

mas para efeito de discussão, estou propondo a redução da responsabilidade criminal para 15 anos. Ao mesmo tempo, quanto ao novo Código Civil brasileiro, é preciso alterar os critérios de maioridade e de maioridade relativa; a responsabilidade relativa ou a irresponsabilidade relativa para efeitos civis, também. Há muitas questões que devem ser examinadas quanto a isso, dentre as quais essa da idade, no Código Civil e no Código Penal, e os reflexos na lei processual civil e na lei processual penal.

Também chegamos ao final de nosso mandato sem ter podido levar a uma solução adequada a questão da pena maior, no Brasil. A pena máxima de trinta anos cria uma determinada imunidade para os delinquentes de certa faixa — uma faixa lombrosiana, quem sabe, mas uma faixa bem considerável na história do crime no Brasil. Por isso, é preciso alterar, segundo proponho, a pena maior de 30 para 40 anos. É vital que a pena máxima, no Brasil, seja acrescido em pelo menos 10 anos, para evitar que o praticante de delitos seja estimulado pelo limite da pena, tornando-se imune à aplicação da lei quando saturar o seu procedimento irregular perante uma sociedade altamente complacente para com os criminosos, como o é a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, a mim também preocupa bastante o que aconteceu aos Municípios brasileiros. Fizemos uma Constituição evidentemente municipalista. A nossa Constituição valorizou sobremaneira o Município brasileiro, mas isso não foi o suficiente para que os Municípios crescessem. Muito pelo contrário, o que houve foi uma motivação para a corrupção dos dirigentes das Prefeituras Municipais. Hoje, a corrupção grassa em grande parte dos Municípios brasileiros. Há mesmo um comportamento cínico, um comportamento inadequado dos gestores da coisa pública nos Municípios do País. É comum encontrarmos no interior o Prefeito que se consagra sob aquele conceito cínico: rouba, mas distribui uma parte com os pobres. Foi possível encontrar essa realidade de modo mais minudente neste exato momento em que encerramos uma campanha eleitoral, enfrentamos uma eleição e verificamos os seus resultados. Nesse quadro eleitoral, quando os políticos se tocam mais diretamente com o eleitorado, com os munícipes mais aliados, nessa quadra política é possível determinar a quanto chega a corrupção nos Municípios.

Este é um assunto grave. Quero crer que o novo Congresso que acaba de se eleger — os novos Senadores, os reeleitos e os que vão estrear; e os novos Deputados Federais, os reeleitos e os que vão começar sua carreira — deve pensar maduramente nessa questão da corrupção nas Prefeituras do Brasil, assunto da maior gravidade que trago, neste momento, ao conhecimento do Congresso Nacional.

Como não me reelegi, como não logrei êxito na última eleição, obviamente não estarei aqui para zelar, dentro de minhas possibilidades, pelas soluções que dizem respeito ao povo brasileiro em questões tão graves e tão sérias. Mas a moralidade pública há de pairar em primeiro lugar, com primazia nesse novo Congresso Brasileiro, que, livre de certas pechas, livre de certas memórias, livre de certos sofrimentos, há de partir, sem dúvida, para uma moralidade pública a ser exigida, com toda a certeza.

Voltarei à minha função advocatícia e estou seduzido, muito seduzido, pela possibilidade de abrir no meu escritório todo um novo trabalho para utilizar as ações populares visando à moralidade dos Municípios do meu Estado. Não irei descansar, Srs. Parlamentares, enquanto não me for possível levar às barras dos tribunais aqueles que delinquiram com o dinheiro do povo e que contam com a ignorância do munícipe, vítima da falta de ensino e de educação, para que haja neste País uma consagração dedicada inteiramente aos corruptos. Acho que as próximas eleições municipais a serem no Brasil para a renovação de Prefeitos e Vereadores, já devem ser realizadas sob novos critérios para a composição das

Câmaras Municipais e para a escolha dos Prefeitos e de seus respectivos Vices.

Não poderemos mais entregar o Brasil como ele está entregue neste momento. Grande parte dos Municípios brasileiros são vítimas de uma corrupção deslavada, cínica, que se revela a todo instante. A constituição não foi entendida. O municipalismo vitorioso nesta Casa, quando aqui se reunia a Assembléia Nacional Constituinte, está deturpado inteiramente na prática e inteiramente vencido neste momento.

Um outro assunto, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, diz respeito, sem dúvida, à organização partidária. O último pleito mostrou uma grande desatenção para com os partidos políticos. Sempre soubemos que não é possível a sobrevivência dos partidos políticos dentro de um quadro institucional em que presidencialismo centralizador não permite a sua existência digna, inclusive com o governismo, o adesismo, o fisiologismo e o assistencialismo como verdadeiros cânceros da democracia brasileira e doenças incuráveis para organização da força partidária no Brasil.

Por isso, entendo que uma das grandes funções do novo Congresso Nacional será, sem dúvida, a organização partidária: fazer com que os partidos sejam sólidos, sejam fortes inclusive na sua moralidade, para que os homens de bem não sejam extirpados da vida política e para que seja possível a vida partidária realmente atrair as forças dignas da sociedade brasileira, para que ninguém corra com medo de um pleito, para que ninguém corra com medo da época eleitoral, para que ninguém tenha medo de um partido político, para que eles sejam confiáveis – basicamente confiáveis.

Por fim, é preciso dizer que acreditamos neste Brasil, acreditamos na renovação do Senado, acreditamos na renovação da Câmara. Por mais injustiça que tenha havido com relação ao Senado ou com relação à Câmara, a renovação será sempre salutar, porque é uma nova experiência, é uma nova possibilidade. Tudo isso é basicamente importante.

Acredito que, além desses temas por mim feridos neste momento no Congresso Nacional, há muitas outras facetas institucionais que devem ser examinadas – como, por exemplo, a real função dos Tribunais de Contas, seja o Tribunal de Contas da União, seja o Tribunal de Contas nos Estados ou seja o Tribunal de Contas dos Municípios ou sejam Tribunal de Contas de um Município. Essas funções devem ser revisadas inclusive ante o novo aspecto do controle interno, instituído na administração federal através de medidas provisórias que se repetem, ante a impossibilidade de serem votadas aqui em prazo oportuno.

Essa nova visão dos Tribunais de Contas deve acontecer com urgência, e o novo Congresso, quando for revisar a matéria através de emenda constitucional, quando for produzir leis, deve pensar maduramente, deve pensar com profundidade na questão do controle de contas no País, porque até o presente momento esse controle de contas não tem sido eficaz, como verifiquei ao percorrer todos os Municípios do meu Estado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Líder do PT, Deputado José Fortunati.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, manifestamos nosso desejo de receber a cópia final do relatório do Relator, Deputado Luiz Carlos Santos. Já fomos informados de que a cópia está sendo preparada.

Queremos também fazer uma indagação: o painel eletrônico está computando agora 267 Parlamentares presentes; nesta computação também estão incluídos os Senadores da República?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Também estão incluídos os Senadores.

O SR. JOSÉ FORTUNATI – O somatório de Deputado Fe-

derais e Senadores está perfazendo um total de 267 Parlamentares?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Há 36 Srs. Senadores no momento.

O SR. JOSÉ FORTUNATI – Agradeço, Sr. Presidente, a informação.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Deputado João Teixeira.

O SR. JOÃO TEIXEIRA (PL – MT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos na iminência de votar o Orçamento da União de 1994. Ontem, ressaltava a minha grande preocupação com a votação deste Orçamento. Houve um grande acordo de Liderança, e espero que o Governo, que no ano de 1994 não deu sequer assistência aos Municípios brasileiros, preste-lhes agora essa assistência.

Os Parlamentares tiveram dificuldades até para fazer seus próprios discursos nas cidades que sofreram com os períodos chuvosos, com a seca e com o abandono do Governo Federal. Sabemos muito bem que os Municípios do interior, para sobreviver, precisam da ajuda do Governo Federal, e essa ajuda chega por meio das emendas orçamentárias, com a ajuda dos Ministros. Mas, infelizmente, em 1993 e 1994, os Municípios brasileiros ficaram abandonados. Foi grande a pena. As cidades sofreram e continuam sofrendo. Na maioria dos Municípios brasileiros foi decretado o estado de emergência. Mesmo assim, a Defesa Civil não procurou atender aos Municípios. Tivemos o exemplo dos Municípios do norte do Estado de Mato Grosso, tais como Alta Floresta, Paranaita, Apiacás, Nova Bandeirantes, Monte Verde, Peixoto de Azevedo, Colider, Sinop, Nova Canaã do Norte e Juína, onde os Prefeitos decretaram estado de emergência, ato reconhecido pelo Governo do Estado, mas o Governo Federal, até este exato momento, não alocou recursos para atender àquelas localidades que sofreram com as chuvas.

Vejam V. Ex^{as} que o Nordeste é abençoado: quando há seca na Região, os Estados nordestinos recebem recursos porque o povo não produz. Em Mato Grosso foi o contrário: lá os Municípios padeceram porque choveu demais; houve uma grande safra, mas os produtores não puderam fazer escoar a sua produção porque não houve socorro por parte do Governo. As estradas continuam obstruídas e – vejam V. Ex^{as} – inicia-se novamente o período chuvoso. Os produtos estão apodrecendo, inclusive nas fazendas e nos pequenos sítios.

É uma pena que o Governo Federal não tenha olhado por Mato Grosso, um dos Estados que mais produz nesta Nação. Mesmo ficando em segundo lugar na produção de grãos, o nosso Estado não pôde fazer escoar sequer a metade do que produziu. É uma pena.

Esperamos que, aprovado o Orçamento de 1994, os Ministros possam atender, em regime de urgência, aos Municípios, que ficaram relegados a segundo plano. É essa a nossa preocupação, Sr. Presidente, especialmente quando se fala, mais uma vez, em retirar o Orçamento de 1995 para fazer uma nova adequação, considerando o futuro Governo que aí vem.

O SR. GERMANO RIGOTTO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, falta um pequeno número de Parlamentares para alcançarmos o **quorum**. Tem de haver **quorum** na Câmara e no Senado. Parece que na Câmara já o estamos alcançando. Com mais apenas cinco ou seis Senadores conseguiremos o **quorum** no Senado.

Eis a solicitação que faço: os Srs. Congressistas que estão

na Casa devem acorrer ao plenário para que possamos votar imediatamente a proposta orçamentária. Temos elevado **quorum** na Casa; só o comparecimento ao plenário dos que faltam poderemos votar imediatamente o Orçamento.

Portanto, esta a convocação que faço aos Srs. Deputados e inclusive aos Srs. Senadores: venham ao plenário e registrem suas presenças.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência renova o apelo aos Srs. Senadores e Srs. Deputados no sentido de que venham ao plenário registrar suas presenças. Faltam pouquíssimos Srs. Deputados e Srs. Senadores para que atinjamos o **quorum** regimental e possamos iniciar a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia.

A Presidência solicita também a presença do nobre Relator, Deputado Luiz Carlos Santos, que apresentará o parecer.

O SR. JOSÉ ABRÃO – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ ABRÃO (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, houve um entendimento entre as Lideranças do Senado e da Câmara no sentido de votar imediatamente o Orçamento de 1994, que, por razões sobejamente conhecidas, acabou por ser votado após as eleições. O ano já vai terminar. Essa peça valerá apenas para os dois últimos meses do ano. Portanto, apelamos para os Deputados e Senadores no sentido de que compareçam ao plenário a fim de que possamos atingir o **quorum** necessário – faltando apenas três ou quatro Senadores – para votarmos o Orçamento de 1994.

Sr. Presidente, com a permissão de V. Ex^a, quero alertar os Srs. Deputados para o fato de que à tarde teremos sessão da Câmara, para votarmos matérias incluídas numa pauta elaborada pelo Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados. É o apelo que fazemos, para que os trabalhos ganhem celeridade e possamos encerrar essa questão, que já mostrou uma face muito ruim, em função tanto do Poder Executivo como do Congresso Nacional, por não votarmos a Lei de Meios, o Orçamento, já discutido, já acordado pelos partidos.

O ilustre Deputado Luiz Carlos Santos, novo Relator designado, emitirá seu parecer, e poderemos concluir a apreciação dessa matéria.

Como Parlamentar, não poderia deixar de registrar que houve, por parte dos membros da antiga Comissão Mista de Orçamento, pouca preocupação com a responsabilidade de reunir as subcomissões, de discutir os relatórios setoriais, de votá-los, e, por parte do Relator, de acolher as proposições dos Sub-Relatores ou então apresentar a proposta para aprovação do Orçamento, excluindo todas aquelas que haviam sido apresentadas às Sub-Relatorias, para que essa questão pudesse ter sido discutida e votada, pelo menos, embora com atraso, no momento adequado.

Portanto, não podemos mais esperar: essa questão tem de ser liquidada hoje. Faço, através dos alto-falantes da Casa, um alerta: faltam apenas três Senadores para que possamos votar. Apelo para os Srs. Senadores no sentido de que registrem suas presenças no painel, para entrarmos em processo de votação após a leitura do relatório pelo Sr. Relator, Deputado Luiz Carlos Santos, efetivando a apreciação do Orçamento de 1994.

Sr. Presidente, agradeço a V. Ex^a a concessão da palavra. Renovo meu apelo aos Srs. Senadores no sentido de que marquem presença.

SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Aparício Carvalho.

O SR. APARÍCIO CARVALHO (PSDB – RO. Pronuncia

o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o Brasil é belo e em cada região os atrativos são variados, como variada é a nossa gente. O folclore, a fauna e a flora brasileira formam um conjunto que fascina todo o mundo.

Principalmente na região amazônica, dotada de uma imensa variedade de espécies e habitada por índios que ainda mantêm suas tradições, o turismo tem um potencial inimaginável.

Rondônia, Sr. Presidente, possui todas as condições de abrigar um pólo turístico excepcional.

No entanto, a política oficial para o turismo ainda engatinha, não tem consistência e vagueia entre a boa intenção e o desejo de melhora.

O que falta, na realidade, é mais atenção do Governo para o fato de que o turismo pode ser gerador de empregos e rendas.

Quantos brasileiros saem todos os anos em busca da Europa e o Oriente, sem conhecer o seu próprio País?

É preciso que o Brasil seja conhecido pelos brasileiros. É preciso traçar estratégias entre os Governos Estaduais buscando aumentar o turismo interno.

Como isso, Sr. Presidente, manteremos o brasileiro gastando dentro do próprio País. Girando o capital dentro de nossas fronteiras, estaremos garantindo milhares de empregos, na hotelaria e serviços afins.

Conhecer o próprio País é estar mais integrado ao cotidiano de nossa gente, é valorizar o que nos pertence.

Cabe ao Estado, portanto, fornecer as condições mínimas para que o cidadão possa conhecer seu próprio País. Paralelamente, é preciso que tenhamos melhores condições de recebimento de turistas estrangeiros.

O-turismo, Sr. Presidente, que já foi definido como "indústria sem chaminés", pode constituir-se em excelente forma de arrecadação.

Para isso, basta que as autoridades se conscientizem da importância do turismo interno, como gerador de empregos e impostos, além de fator de integração do brasileiro com seu País.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Roberto Balestra.

O SR. ROBERTO BALESTRA (PPR – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, o maior médico da antiguidade e um dos maiores de todos os tempos, sem dúvida, foi Hipócrates. Sua atuação marcou o fim da medicina místico-teúrgica e o início da observação dos fatos clínicos.

Para Hipócrates, o conhecimento do corpo é impossível sem o conhecimento do homem como um todo, e o homem não é apenas um conjunto de órgãos, mas uma unidade viva que a natureza regula e harmoniza.

Esse preceito, Sr. Presidente, ainda é a linha mestra de uma categoria profissional que, dia após dia, tem como função primordial cuidar dessa unidade viva que é o ser humano.

O médico, que homenageamos a cada dia 18 de outubro, tem a função de acompanhar toda a sequência da nossa vida, estando ao nosso lado em todos os momentos.

É ele que apara o bebê quando vem ao mundo, sendo a primeira imagem que o pequeno ser humano vê ao sair de seu confortável abrigo dentro do corpo da mulher.

Na meia idade, quando o peso dos anos começa a fazer-se presente, a ele recorremos, confiando em sua capacidade para minorar as consequências do passar do tempo.

Por fim, quando a estrada da vida chega a seu inexorável fim, a ele o homem é entregue para o encerramento do ciclo da vida.

A profissão médica, Sr. Presidente, implica diversos sacrifícios, principalmente nos dias de hoje. Não é segredo para ninguém

que o Brasil de hoje a área de saúde passa por dificuldades.

Se os problemas não estão na baixa remuneração, estão na falta de condições ideais de trabalho. Claro que ambos esses fatores tornam difícil o atendimento da população, e os médicos acabam sendo os responsabilizados.

Mas a luta pela vida humana continua, mesmo diante das maiores dificuldades, e a medicina não para de evoluir. O médico brasileiro, inclusive, pode ser considerado um dos mais gabaritados do mundo.

Por tudo isso, Sr. Presidente, é importante saudar esses profissionais na passagem de sua data comemorativa, ensejando-lhes que continuem seu trabalho e, ao mesmo tempo, tenham reconhecidas e atendidas as suas necessidades de rendimentos e condições de trabalho.

Disse Hipócrates: o que o remédio não cura, o ferro cura; o que o ferro não cura, o fogo cura; o que o fogo não cura é incurável. No entanto, contrariando o mestre, os médicos de hoje continuam sua caminhada inflexível, buscando curar o incurável.

A sociedade brasileira reconhece a fidelidade da classe médica a seu juramento, agradecendo a presença desses profissionais em seu seio.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência informa ao Plenário que o painel registra a presença de 300 Srs. Congressistas. Solicito a atenção do nobre Líder José Fortunati. Estão presentes 265 Srs. Deputados. Por conseguinte, vamos iniciar a Ordem do Dia.

A votação é feita separadamente.

Solicito a presença em plenário do Sr. Relator, Deputado Luiz Carlos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência solicita a presença do Sr. Relator, Deputado Luiz Carlos Santos, para dar início à Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Nilson Gibson para uma comunicação urgente.

O SR. NILSON GIBSON (PMN – PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, ontem as Lideranças do Congresso Nacional, em acordo formalizado, atenderam às reivindicações de todos os segmentos interessados em solucionar os problemas existentes.

Quero registrar a grande importância dos entendimentos formalizados ontem por todos os Líderes. A concessão do abono beneficiou todos os Municípios do País, minorando suas dificuldades.

Faço este registro em nome da Liderança do PMN, porque somos favoráveis à aprovação do Orçamento como foi proposto ontem por todos os Líderes com assento nesta Casa.

Agradeço a V. Ex^a a atenção, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Relator, Deputado Luiz Carlos Santos, para emitir o seu parecer.

O SR. UBIRATAN AGUIAR – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem.

O SR. UBIRATAN AGUIAR (PSDB – CE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estão sendo distribuídas cópias de parecer cuja autoria é atribuída ao Relator, Deputado Luiz Carlos Santos, mas creio que deve ter havido um equívoco, em razão do que ontem foi discutido e acertado no gabinete de V. Ex^a por todos os Líderes presentes, naquilo que diz respeito à educação brasileira.

Ficou acertado, dentre outros itens aqui listados, a devolução dos recursos do salário-educação, que somam 290 milhões de

reais, dos quais dois terços são dos Estados – na composição do salário-educação é essa a parcela que pertence aos Estados –, e um terço é da União.

Aquilo que ficou acertado e firmado pela palavra de todos os Líderes não se encontra no texto do parecer do Relator. Esta Casa, seus Líderes e sua Presidência acertaram, quando da constituição do Fundo Social de Emergência – decisão ontem ratificada na reunião do Gabinete da Presidência do Senado da República, presentes todos os Líderes –, que seriam devolvidos esses recursos. No parecer do Relator não se respeita essa decisão. Por esta razão, solicito, em defesa da educação nacional, que se cumpra aquilo que foi decidido, discutido e aprovado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Com a palavra o nobre Relator, Deputado Luiz Carlos Santos, para emitir seu parecer final.

Peço a atenção do Plenário, pois o Relator vai emitir seu parecer.

O SR. LUIZ CARLOS SANTOS (PMDB – SP. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mantenho parecer proferido anteriormente, com o seguinte adendo, elaborado com apoio da Seplan.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, em 31 de agosto de 1994, apresentamos em plenário, em substituição à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, parecer sobre o Projeto de Lei nº 23/93 (CN), com as modificações introduzidas pelas Mensagens nºs 112, 160, 161 e 201, de 1994 (CN), de iniciativa do Poder Executivo, que "Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1994".

Considerando que, em reunião de Lideranças realizada ontem, ficou evidenciada a existência de algumas inadequações no projeto de lei, todas relacionadas a matéria relevantes e urgentes.

Considerando que foram levantadas dúvidas sobre a extensão a ser dada à convalidação proposta por este Relator, no inciso 3 da letra a do voto constante do mencionado Parecer.

Considerando que, nesta fase do ano já foram gastos quase 90% das dotações constantes da proposta orçamentária, nos termos da autorização aprovada por este Congresso através da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e que tal situação inviabiliza o remanejamento de recursos para atendimento a hipóteses mais abrangentes;

Considerando que essa situação inviabiliza o remanejamento de recursos para atendimento de todas as hipóteses consideradas desejáveis;

Considerando que o Poder Executivo pode, após a aprovação da Lei Orçamentária, propor créditos, adicionais à apreciação desta Casa para resolver outros casos de inexistência ou insuficiência de dotação, propomos a V. Ex^a a inclusão, no Substitutivo ao Projeto de Lei nº 23/93-CN, além das alterações já indicadas no nosso relatório de plenário de 31 de agosto último, com o propósito de corrigir erros e omissões, das seguintes modificações:

1) reforço de dotação para pagamento de bolsas de estudo pelo CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, do Ministério da Ciência e Tecnologia, no valor de CR\$6.969.608.000,00, equivalentes a R\$169.400.000,00, nos termos do Anexo I deste Adendo, à conta dos cancelamentos ali indicados;

2) reforço de dotação para pagamento de bolsas de estudo pela CSPES – Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, do Ministério da Educação e Desporto, no valor de CR\$6.331.893.000,00, equivalentes a R\$153.900.000,00, nos termos do Anexo I deste Adendo, à conta dos cancelamentos ali indicados;

3) inclusão na lei orçamentária, no órgão Transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, de dotação para abono compensatório aos Municípios do interior que tiveram perdas durante a primeira fase de implantação do Plano Real, quando recebiam o FPM – Fundo de Participação dos Municípios em cruzeiros reais e tinham suas obrigações em URV – Unidade Real de Valor, no valor de CR\$ 3.165.380.000,00, equivalentes a R\$76.936.000,00 nos termos do Anexo II deste adendo, à conta dos cancelamentos ali indicados.

Além disso, com vistas a deixar bem claro que propomos a convalidação apenas dos gastos antecipados efetivamente autorizados por este Congresso, através da LDO, propomos que o inciso 3 da letra a, do voto constante do Relatório de Plenário de 31 de agosto último, passe a ter a seguinte redação:

"Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, convalidados os atos praticados com base no art. 65 da Lei nº 8.694, de 12 de agosto de 1993, com a nova redação dada pelo art. 1º da Lei nº 8.928, de 10 agosto de 1994".

II – Voto

Desta forma somos pela aprovação de substitutivo do Projeto de Lei nº 23/93 (CN), com a redação que lhe foi dada pela Mensagem nº 112, de 1994 (CN), nesta incorporadas as alterações propostas pelas Mensagens nºs 160, 161 e 201, de 1994 (CN), com as modificações propostas no Relatório de Plenário de 31/8/94 e neste adendo, convertidos os valores das dotações de cruzeiros reais para reais segundo o art. 25 da Medida Provisória nº 635, de 27 de setembro de 1994, sendo rejeitadas todas as emendas apresentadas ao projeto de lei sob apreciação.

ADENDO AO RELATÓRIO DE PLENÁRIO, DE 31-8-94,

SOBRE O PL Nº 23/93 (CN)

ANEXO I

Acréscimos

Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

24201.03.010.0054.2276.0004 – Concessão de Bolsa para Pesquisa

Grupo de Despesa	MOD	Fonte	CR\$ (mil)	R\$ (1,00)
3	90	167	2.789.489	67.800.000

24201.08.044.0206.2275.0004 – Concessão de Bolsas de Estudo, a nível de Pós Graduação

Grupo de Despesa	MOD	Fonte	CR\$ (mil)	R\$ (1,00)
3	90	167	4.180.119	101.600.000

Unidade: Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Nível Superior

26258.08.044.0206.2275.0010 – Concessão de Bolsas de Estudo a Nível de Pós Graduação

Grupo de Despesa	MOD	Fonte	CR\$ (mil)	R\$ (1,00)
3	90	167	6.331.893	153.900.000
Total dos acréscimos			13.301.501	323.300.000

Decréscimos

Unidade: Encargos Financeiros da União – Rec. sob Supervisão do Ministério da Fazenda

71101.03.008.0033.2200.0001 – Administração da Dívida Mobiliária Federal

Grupo de Despesa	MOD	Fonte	CR\$ (mil)	R\$ (1,00)
2	90	167	5.280.696	128.350.000
6	90	167	8.020.805	194.950.000

Plenário do Congresso Nacional, 19 de outubro de 1994. – Deputado **Luiz Carlos Santos**, Relator.

ANEXO II

Acréscimo

Unidade: Transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios

73101.07.038.0181.4380.0001 – Abono Emergencial a Municípios – Interior

Grupo de Despesa	MOD	Fonte	CR\$ (mil)	R\$ (1,00)
3	90	100	3.165.380	76.936.000

Decréscimo

Unidade: Encargos Financeiros da União – Rec. sob Supervisão do Ministério da Fazenda

71101.03.008.0033.2200.0001 – Administração da Dívida Mobiliária Federal

Grupo de Despesa	MOD	Fonte	CR\$ (mil)	R\$ (1,00)
6	90	100	3.165.380	76.936.000

Plenário do Congresso Nacional, em 19 de outubro de 1994. – Deputado **Luiz Carlos Santos**, Relator

Sr. Presidente, este é o adendo que incorporamos ao parecer oral anteriormente proferido. Este adendo foi feito depois de ouvida a Seplan, conforme entendimento entre os vários Ministérios interessados, atendendo ao que foi combinado, ao que foi acordado na reunião de Lideranças de ontem, e expressa, portanto, a realidade. O anexo, Sr. Presidente, já foi distribuído a todas as Lideranças, aos Srs. Deputados e Senadores, pelo que dispense a sua leitura.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – O Relator mantém o parecer oral proferido anteriormente, com o adendo que acaba de ser lido, concluindo, entretanto, pela aprovação do substitutivo.

Votação do substitutivo na Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Para encaminhar, tem a palavra o nobre Líder José Abrão.

O SR. JOSÉ ABRÃO (PSDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o PSDB é favorável ao substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra o nobre Líder Germano Rigotto.

O SR. GERMANO RIGOTTO (PMDB – RS. Sem revisão do orador.) – O PMDB também é favorável ao substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra o nobre Líder Nilson Gibson.

O SR. NILSON GIBSON (PMN – PE. Sem revisão do orador.) – O PMN é favorável ao substitutivo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra o nobre Líder José Fortunati.

O SR. JOSÉ FORTUNATI (PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é inegável que a votação da Proposta Orça-

mentária de 1994 é da maior importância. Todo o País está aguardando que o Congresso Nacional delibere sobre esta matéria. Entretanto, não poderíamos, neste dia 19 de outubro, votar essa proposta sem, no mínimo, fazermos algumas reflexões sobre o que aconteceu de fato nesse processo.

Nós, que passamos não somente pelo Estado do Rio Grande do Sul, mas por todo o País, acompanhando as candidaturas estaduais, percebemos que existe, por parte da opinião pública, uma grande incompreensão do que realmente aconteceu durante este ano e que acabou culminando com o retardamento da votação desta Proposta Orçamentária. Acredito, sim, Sr. Presidente, que o Congresso Nacional tem a sua responsabilidade, mas juntamente com o Poder Executivo.

Vale lembrar que o Poder Executivo já enviou três propostas orçamentárias até o momento, sendo que a segunda era claramente inconstitucional, uma vez que previa o Fundo Social de Emergência, que ainda não havia sido criado pelo Poder Legislativo, pois sua votação ainda não havia acontecido. Isso mostra o desrespeito e a arrogância do Poder Executivo com relação ao Poder Legislativo. A última proposta somente chegou ao Congresso Nacional em 4 de maio de 1994. Durante todo este ano o Poder Executivo vem legislando sobre assuntos orçamentários por medidas provisórias, deturpando completamente todo o processo orçamentário da União. Além de vários créditos extraordinários, também foi editada medida provisória para modificar a LDO.

Na verdade, o Poder Executivo trata o Orçamento como uma consequência dos seus atos, ou seja, ele realiza os atos e somente depois tenta incluir no Orçamento. Mas deveria ser o contrário, ou seja, deveria se discutir o Orçamento como sendo o ponto mais importante do planejamento, isto é, decisões deveriam ser tomadas com base no Orçamento previamente votado. O Congresso Nacional somente deveria encerrar a sessão legislativa com a votação do orçamento, assim como ocorre com a LDO.

O número de emendas a nível de subprojetos é muito grande, e não foi possível sequer uma análise minimamente apurada. Entendemos, desde o princípio, que o Congresso Nacional só deveria analisar e depois aprovar emendas mais abrangentes. Por exemplo, as emendas deveriam ser apresentadas a projetos ou subprogramas. Por outro lado, a fiscalização da execução orçamentária por parte do Congresso Nacional deveria ser mais atuante. A Comissão de Orçamento deveria ser informatizada de forma definitiva para que a destinação de recursos da União para os Estados e Municípios fosse publicada mensalmente.

O Orçamento não pode mais continuar sendo uma peça meramente autorizativa. É preciso definir regras claras e objetivas para a execução orçamentária. A LDO para os anos de 1993 e 1994 previa uma regra mínima de execução. Os subprogramas não poderiam ter uma variação de execução maior do que 30% da média dos subprogramas. No entanto, essas regras foram vetadas pelo Poder Executivo.

Sr. Presidente, com isso queremos chamar a atenção deste Congresso para o fato de que, de um lado, o Poder Executivo, simplesmente, rasgou as normas orçamentárias, que deveria ter cumprido; de outro lado, também queremos destacar que este Congresso não tomou nenhuma medida no sentido de viabilizar as mudanças necessárias apontadas pela CPI que investigou a máfia do Orçamento.

Lá estão, no seu relatório final, várias conclusões, várias normas que deveriam ter sido adequadas por este Congresso Nacional. Infelizmente, após um ano da realização da CPI que investigou a máfia do orçamento, este Congresso Nacional ainda não tomou qualquer medida para resolver os graves equívocos e decisões tomadas por esta Casa.

Entendemos, Sr. Presidente, ser de fundamental importância que este Congresso venha a deliberar sobre o que propôs a CPI do Orçamento. Não podemos mais continuar com uma peça orçamentária que é uma verdadeira caixa-preta. Não podemos mais continuar com um processo extremamente tumultuado como o que vimos em 1994 nesta Casa. Estamos iniciando agora a análise do orçamento de 1995. Se as regras não forem modificadas, certamente tudo que aconteceu em 1992, 1993 e neste ano de 1994 será repetido. É uma triste história, que este Congresso não pode repetir. Para tanto, conclamo os membros do Congresso Nacional a modificarem as normas pertinentes à decisões do Orçamento Geral da União, para que possamos deliberar de forma transparentes e autônoma.

Mais do que isso, Sr. Presidente, endentemos que a peça orçamentária enviada pelo Poder Executivo está eivada de falhas. Mais do que falhas, existem na verdade destinações equivocadas de recursos. como exemplo, cito o caso da saúde. A saúde pública do País foi completamente sucateada pelo atual Governo. O que se percebe é que o Orçamento de 1994 acabou retirando ainda mais recursos desse setor, deixando-o com menos recursos do que em 1993, o que levou ao completo caos a saúde pública no País.

Por isso a bancada do PT, ao analisar concretamente o orçamento de 1994, participar ativamente da Comissão Mista de Orçamento e acompanhar cada fato, em primeiro lugar, conclama este Congresso a votar as mudanças importantes nas regras orçamentárias; em segundo lugar, analisando o mérito da proposta orçamentária do Governo Federal, o PT votará contra essa proposta e o substitutivo apresentado pelo Relator Luiz Carlos Santos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Vamos passar à votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra, para encaminhar, o Sr. Líder Luiz Carlos Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PP – PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Partido Progressista entende que a matéria é importante, e já passou do tempo de ser votada. Vamos votar com o Relator, ilustre Deputado Luiz Carlos Santos.

Sr. presidente, gostaríamos de ter votado o Orçamento em tempo hábil, mas este não foi o desejo do Governo até então. O fato de não haver Orçamento ensinou ao Governo a possibilidade de implantar a ditadura do caixa, tornando o homem mais importante do Governo o Secretário do Tesouro Nacional.

Por uma questão de entendimento das Lideranças desta Casa, votamos o Orçamento do jeito que está, ou seja, com as modificações apresentadas, principalmente a que beneficia os cinco mil Municípios brasileiros. Não há outra alternativa; se houvesse, evidentemente a buscaríamos. Votamos favoravelmente ao relatório do eminente Deputado Luiz Carlos Santos; votamos "sim".

O SR. DEPUTADO MARCELINO ROMANO MACHADO – Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar, em nome do PPR.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem a palavra o nobre Deputado Marcelino Romano, para encaminhar.

O SR. MARCELINO ROMANO MACHADO (PPR – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Srs. Congressistas, o posicionamento da nossa bancada com relação ao Orçamento de 1994 já ficou bastante evidenciado quando das discussões anteriores sobre a matéria. Mas gostaríamos de frisar que esta Casa está votando o Orçamento de 1994 atrasadamente, não por culpa do Congresso, mas por culpa do próprio Governo Federal e do Poder Executivo, que por várias vezes retirou a peça orçamentária de 1994 desta Casa para proceder às suas transformações.

Sr. Presidente, para que fique bem claro, queremos ressaltar que o Orçamento só não foi votado em datas anteriores em função

das distorções cometidas pelo Governo Federal com relação ao prazo.

A nossa bancada deverá votar favoravelmente ao Orçamento, mesmo porque, da forma como estão sendo propostas as emendas parlamentares, temos absoluta consciência de que elas jamais poderão ser executadas, caso sejam aprovadas.

Votaremos com o parecer do Relator, Deputado Luiz Carlos Santos, uma vez que as sugestões do PPR – aquelas que se referem ao Fundo de Participação dos Municípios, às verbas destinadas às bolsas de estudo e pesquisa e a verbas maiores para a educação – foram totalmente aceitas. Aliás, isso já foi defendido pelo PPR por ocasião da aprovação do Fundo Social de Emergência por esta Casa.

Por isso, Sr. Presidente, vamos aprovar essas emendas. Apenas gostaríamos de ressaltar que o PPR apresentou, ontem, na reunião de Líderes, mais uma emenda que não foi aceita. Essa emenda possibilitaria a designação de mais verbas para a Faculdade Paulista de Medicina e para o Hospital São Paulo, órgãos do Governo Federal que de certa forma ajudam muito este País com relação ao ensino, à pesquisa e à saúde pública. Mas isto já ficou sacramentado em acordo pelo próprio Líder do Governo, que se comprometeu com o envio a esta Casa de projeto de lei complementar que destina verbas para o Hospital São Paulo, para que ele possa sair da situação pré-falimentar em que se encontra.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o PPR recomenda o voto "sim" à peça orçamentária de 1994.

O SR. ERNESTO GRADELLA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. ERNESTO GRADELLA (PSTU – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o fato de estarmos votando o Orçamento dez meses depois de ele já estar sendo aplicado deixa claro para todos nós o quanto ele é ruim. Já dá para sentir o efeito, nesta votação, da aplicação deste Orçamento para os interesses da maioria da população. A saúde está totalmente sucateada, há corte de verba para a educação, e vemos, ao mesmo tempo, o Governo trocando os investimentos na área social pelos gastos com o pagamento da dívida externa. Ao menos os Parlamentares desta Casa, ao votarem essa proposta, poderão observar que se trata de um mau Orçamento, se levarmos em consideração os interesses da população.

Por esse motivo, Sr. Presidente, o PSTU vota contra o projeto apresentado, inclusive o Substitutivo do Sr. Relator Luiz Carlos Santos, entendendo que as emendas oferecidas neste momento, são importantes, em respeito às verbas para os bolsistas e para os Municípios, mas que, no geral, o Orçamento continua contrário aos interesses da maioria da população.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex^a a palavra pela ordem.

O SR. HAROLDO LIMA (PCdB – BA. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, no dia 31 de agosto deste ano, tivemos a oportunidade de fazer, em nome da Liderança do PC do B, o encaminhamento de votação a respeito dessa mesma matéria.

Naquele momento, tecemos considerações sobre o mérito do Orçamento proposto, chamando atenção para o fato de os diferentes Ministérios, na previsão orçamentária, serem aquinhoados com parcelas bem diferenciadas, enquanto as Pastas sociais, como da Educação, da Saúde e do Bem-Estar Social recebiam verbas extremamente pequenas. Os itens relativos aos encargos da dívida externa representavam parcela extremamente significativa da peça

orçamentária, razão pela qual discordávamos no mérito da proposta estabelecida.

Em 31 de agosto, Sr. Presidente, também tive a oportunidade de comentar o processo de votação dessa proposta orçamentária no Congresso Nacional.

Observávamos que o processo tinha sido extremamente truncado e responsabilizávamos prioritariamente o Governo Federal, na medida em que ele havia encaminhado a última proposta para o Congresso Nacional com oito meses de atraso, além de não ter demonstrado qualquer interesse maior na aprovação dessa proposta. Chamávamos atenção para o fato de qual postura estava de acordo com a atitude geral que o Governo vinha adotando ao legislar através de medidas provisórias e aplicar o Orçamento da República através do mecanismo do duodécimo.

Ora, Sr. Presidente, os pontos de vista que sustentávamos naquela ocasião reafirmamos hoje em toda sua inteireza, razão pela qual, sem querer prolongar-me, entende o PC do B que estamos votando uma mera formalidade. Não existe Orçamento algum a ser votado. As emendas orçamentárias apresentadas pelos Srs. Deputados foram inteiramente desconsideradas e alijadas. Estamos, a esta altura, no final do ano, aprovando um Orçamento que, por conseguinte, já foi, em toda sua inteireza, posto em prática. De sorte que estamos de acordo em cumprir a formalidade de votar esse Orçamento, ressaltando que, no mérito, o PC do B votará contra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao Deputado Luiz Salomão, para encaminhar.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, para o Partido Democrático Trabalhista o Congresso Nacional está vivendo um dos seus piores momentos; porque vai aprovar, em outubro, o Orçamento do ano de 1994, e este atraso se deve às manobras praticadas pelo Governo do Sr. Itamar Franco e seus dois Ministros da Fazenda, que deturparam o Orçamento como instrumento de gestão. O Orçamento da União não serviu rigorosamente para coisa alguma: foi manipulado e executado a bel-prazer tanto do ex-Ministro Fernando Henrique Cardoso quanto do ex-Ministro Rubens Ricupero. Vamos agora praticar um ato formal, cumprir a exigência, ainda que tardiamente, de aprovar o Orçamento para que possa haver prestação de contas sem o que este Governo não teria sequer condições de presta contas à Nação.

Mas quero deixar registrado também o veemente protesto do nosso partido contra as medidas antidemocráticas que o Governo do Sr. Itamar Franco praticou e, mais, contra o fato de este Congresso estar de joelhos tentando suprir essa lacuna na vida brasileira. Ver desconsideradas milhares de emendas, o esforço dos Srs. Congressistas para melhorar o Orçamento da União ir para o lixo, é outro fato inominável que somos obrigados a declinar nesta situação. É por isso, Sr. Presidente, que meu partido votará contra o Orçamento da União, em sinal de protesto pela forma bagunceira como foi conduzido todo esse processo; e mais, porque esse Orçamento não contempla as prioridades sociais do nosso País.

Finalmente, Sr. Presidente, pode parecer contraditório, mas cotaremos a favor das emendas acolhidas pelo Sr. Relator, registrando, porém, uma única estranheza: ontem, no gabinete de V. Exa., foram acordadas três emendas: a emenda do interesse dos Municípios, o chamado abono para o Fundo de Participação dos Municípios, excluídas as capitais; a emenda do interesse do Ministério da Ciência e Tecnologia, para o pagamento das bolsas, e a emenda do Ministério da Educação, também para o mesmo fim. Contudo, havia uma outra emenda. O Ministro Murílio Hingel – diga-se de passagem, o melhor Ministro deste Governo – Comprou-se à reunião presidida por V. Exa. para pedir o apoio do Con-

gressista na emenda relativa ao salário-educação, que não consta do relatório do Deputado Luiz Carlos Santos. Sobre este ponto, então, gostaria de obter esclarecimento da Mesa ou do Sr. Relator, porque do relatório não consta a referida emenda, da maior importância para os Estados, porque a eles são redistribuídos dos dois terços do salário-educação para pagamento da merenda e de uma série de projetos educacionais.

Por isso, peço a V.Exa., Sr. Presidente, que é do mesmo partido do Relator, ou ao próprio Relator, se estiver aqui presente, que expliquem por que a última emenda foi omitida do relatório, quando correspondia ao acordo dos líderes celebrado na reunião de ontem à noite na sala da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Pois não, Deputado.

Peço ao Sr. Luiz Carlos Santos, que esclareça a questão ao Deputado Luiz Salomão e ao Plenário.

O SR. LUIZ CARLOS SANTOS (PMDB – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente vivemos uma situação crítica pelo fato de o Orçamento, já em fins de outubro, não ter sido aprovado, e já estar cumprido em quase 90%.

As reivindicações apresentadas pelos Ministros de Educação e da Ciência Tecnologia foram submetidas à Seplan. Mediante entendimento entre os Ministros, chegou-se ao seguinte ponto: há situações gravíssimas, situações de urgência, e são várias na área de saúde, nos Ministérios militares, mas existem situações de emergências, que têm de ser atendidas já. As de urgência serão contempladas através de projeto de crédito adicional, em que serão listadas. E, assim que houver a sanção do Orçamento, esse será remetido à Casa.

Houve entendimento entre os Ministérios de Educação, do Planejamento e da Ciência Tecnologia. O que pôde ser acolhido diante dos cortes identificados pela Seplan foi que o Relator leu.

É esta a explicação que quero prestar ao meu nobre amigo Deputado Luiz Salomão e ao Plenário.

O SR. LUIZ SALOMÃO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Ex.^a a Palavra.

O SR. LUIZ SALOMÃO (PDT – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, agradeço ao Relator Luiz Carlos Santos os esclarecimentos que traz ao Plenário e, com todo o respeito que tenho por S. Ex.^a, quero lavar mais um protesto ao seu relatório, por força da omissão que está sendo feita em relação à emenda do salário-educação. Isso resultará em prejuízo para os Estados. Certamente não é essa a posição do Ministério Murilo Hinguel. Mas quem sou eu para interferir numa decisão interna do Governo Itamar Franco.

Lamento que o Governo Itamar Franco esteja, mais uma vez, apunhalando a educação, porque houve o entendimento aqui, quando se votou o Fundo Social de Emergência, de que o sequestro de verbas da educação não se estenderia ao salário-educação. Seriam ressaltados aqueles 20% do salário-educação, para serem preservados para não serem sequestrados para esse absurdo que é o Fundo Social de Emergência. Porém como o Governo não mandou a emenda, não há forma regimental de fazê-lo. Por conseguinte, o PDT vota contra o parecer e a favor das emendas relatadas.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Com a palavra o Congressista Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a proposta orçamentária de 1994 é o exemplo do que não pode acontecer de novo aqui no Congresso Nacional.

O Governo enviou três projetos inteiros e mais três emendas modificativas referentes à Lei Orçamentária. Não é correto dizer-

se que até hoje não se aprovou o Orçamento simplesmente porque houve uma decisão unilateral por parte do Legislativo, porque os partidos que apóiam o Governo, na verdade, não realizaram um esforço para aprovar a Lei Orçamentária de 1994. Eles o estão fazendo apenas agora, depois do impasse a que chegamos.

O Governo alterou a Lei de Diretrizes Orçamentárias, através de medidas provisórias, abrindo brechas para legislar sobre matérias orçamentárias de uma forma inconstitucional.

Como se caracteriza o impasse a que chegamos? Pode ser assim exemplificado: o Governo, por exemplo, dispõe de recursos. Todavia, não dispõe do crédito orçamentário. Isso significa que tem recursos para, por exemplo, pagar as bolsas de ensino, mas a rubrica orçamentária que trata dessa matéria já está esgotada. É um exemplo que demonstra que o Orçamento não é elaborado com a devida seriedade pelo Executivo nem foi depois devidamente apreciado pelo Legislativo.

Precisamos modificar a forma de análise e de acompanhamento da execução da Lei de Meios, como já salientou o Líder do PT, Deputado José Fortunati, na Câmara dos Deputados.

Gostaria de salientar alguns dos pontos que consideramos que devemos ter em mente. Primeiro, o Executivo precisa interagir com o Legislativo desde o início do processo de elaboração da Lei Orçamentária. Segundo, a Comissão Mista de Orçamento tem que ser reformulada. Não pode ter uma estrutura que, na verdade, impede o seu funcionamento eficaz. Terceiro, a Comissão de Fiscalização tem que funcionar de forma permanente, durante todo o ano. Quando houver qualquer denúncia de desvio, imediatamente, deve haver o acompanhamento por parte da Comissão de Fiscalização. Assim não precisaremos aguardar um, dois ou três anos para realizarmos uma CPI sobre aquilo que poderia de pronto ser fiscalizado, averiguado. O quarto ponto é: as emendas devem ser apresentadas no nível de programas, ao invés de subprojetos e de subatividades, de preferência em número limitado, em número que seja de bom senso e por bancada. O quinto ponto é: faz-se necessária a criação de uma assessoria específica sobre Orçamento no Senado Federal e na Câmara dos Deputados.

Hoje, Sr. Presidente, Sr.^{as} Congressistas, temos uma assessoria que serve diversas Comissões – À de Finanças, à de Assuntos Econômicos e a outras – na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Essa assessoria também presta serviços à Comissão Mista de Orçamento, multiplicando-se os seus esforços. E nem sempre se dá a atenção devida e concentrada à questão tão importante que é a análise do Orçamento.

Essas são algumas das sugestões que devem, inclusive, Sr. Presidente, merecer atenção daqueles que são candidatos à Mesa, sobre tudo à Presidência do Senado Federal e à Presidência da Câmara dos Deputados.

A bancada do partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, ontem, resolveu, depois de ouvir o Deputado José Genoino, apoiar sua candidatura à Presidência da Câmara dos Deputados. Essa plataforma nós, no âmbito Federal, iremos também apresentar aos eventuais candidatos à Presidência do Senado. Achaamos que esses pontos de renovação da forma de elaborar o Orçamento devem ser tratadas em batalha comum, por todos os partidos, na Câmara e no Senado.

O PT vota contrariamente, na linha do que já expôs o Deputado José Fortunati.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Passa-se à votação da matéria.

O SR. SÉRGIO AROUCA – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Tem V. Exa.

a palavra.

O SR. SÉRGIO AROUCA (PPS – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quando se tratou da discussão do Orçamento de 1994, o PPS assumiu inclusive a posição de não apresentar emendas a esse Orçamento. Assim o fizemos não por entender que ao Legislativo não cabe interferência sobre o Orçamento, mas porque estávamos absolutamente contrários à repetição da metodologia de elaboração do Orçamento, metodologia que, em nosso entendimento, é um fator incontrolável de corrupção.

Ela tem de ser mudada de forma radical, tem de ser discutida nas Comissões Permanentes. Este Plenário tem de se tornar uma audiência pública com a sociedade civil, para que possa haver a discussão das prioridades desta Nação.

Por isso, Sr. Presidente, o PPS vota contra o Orçamento que está sendo apresentado, não pelo conteúdo que tenha, mas pela metodologia com que foi elaborado, que consideramos um fator incontrolável de corrupção.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Passa-se à votação do substitutivo na Câmara dos Deputados, com as alterações propostas pelo relator.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado, contra os votos do PT, do PCdoB, do PPS, do PDT, do PSB e do PSTU.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Em votação no Senado.

Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (Pausa.)

Aprovado, contra o voto do PT e do PDT.

Aprovado o substitutivo, ficam prejudicados o projeto e as emendas.

Dispensada a redação final, a matéria vai à sanção presidencial.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Antes de encerrar a sessão, a Presidência informa aos Srs. Deputados e Senadores que o prazo para apresentação de emendas para a proposta orçamentária de 1995 foi prorrogado até a meia-noite do dia 24.

Os Líderes já estão com ofício dos Presidentes do Senado e Câmara, solicitando a indicação dos membros da nova Comissão de Orçamento. Esperamos agilizar a elaboração do Orçamento de 1995, para que possamos tê-lo aprovado até o final deste ano.

A Presidência informa aos Srs. Senadores que haverá sessão extraordinária do Senado Federal a partir de 15h30min.

E o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Inocêncio Oliveira, informa que também haverá sessão ordinária da Câmara dos Deputados a partir das 14 horas, com votação de grande número de matérias.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 13h48min.)

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 119 – julho/setembro 1993

Leia neste número:

Execução contra Pessoas Administrativas – Geraldo Ataliba

Processo e Justiça Eleitoral – Torquato Jardim

Novos Municípios – Adilson Abreu Dallari

Tutela Administrativa e Relações de Consumo – Álvaro Lazzarini

A Estrutura Institucional Definitiva do Mercosul: uma opinião – Werter R. Faria

Da Declaração de Inconstitucionalidade – Antonio Cezar Lima da Fonseca

A Proteção aos Direitos do Cidadão e o Acesso à Justiça – Luiz Antonio Soares Hentz

Propriedade Intelectual e Novas Tecnologias – Newton Paulo Teixeira dos Santos

A Lei Injusta e sua Inconstitucionalidade Substancial no Estado Democrático de Direito – Antônio Souza Prudente

Conceito de Crime Hediondo e o Equívoco da Lei nº 8.072/90 – João José Leal

O Regulamento no Sistema Jurídico Brasileiro – Vitor Rolf Laubé

A Prova Pericial e a Nova Redação do CPC – Ivan Lira de Carvalho

O Controle pelo Estado da Atividade Internacional das Empresas Privadas – José Carlos de Magalhães

Administração Pública na Constituição Federal – José de Castro Meira

Da Ultra-Atividade da Suspensão de Liminar em Writ – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Jurisdição e Administração – Carlos Alberto de Oliveira

Ministério Público Junto aos Tribunais de Contas – Jorge Ulisses e Jacoby Fernandes

Prova Pericial: Inovações da Lei nº 8.455/92 – Rogério de Meneses Fialho Moreira

A Constituição de 1988 e o Tribunal de Contas – Jarbas Maranhão

Classificação dos Agentes Públicos: Reexame – Mário Bernardo Sesta

A Seguridade Social – José Luiz Quadros de Magalhães

Alterações Introduzidas na Lei nº 6.515/77 pela Constituição de 1988 –

Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

Aspectos Fundamentais e Práticos das Sociedades Anônimas – Osvaldo Hamilton Tavares

Crimes de Abuso de Poder Econômico – Marcos Juruena Villela Souto

Os hermeneutas da Intransigência Desacumuladora – Corsíndio Monteiro da Silva

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT. Autorizo a remessa dos números 117 a 120 da Revista de Informação Legislativa para o endereço abaixo discriminado:

Nome.....
EndereçoCEP
Cidade UF Telefone Fax Telex
Data:/...../..... Assinatura:

SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
DO SENADO FEDERAL

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

nº 118 – abril/junho 1993

O Perfil Constitucional do Estado Contemporâneo: o Estado democrático de direito.

Inocêncio Mártires Coelho

As Limitações ao Exercício da Reforma Constitucional e a Dupla Revisão.

Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

O Distrito Federal nas Constituições e na Revisão Constitucional de 1993

Gilberto Tristão

A Constituição de 1988 e os Municípios Brasileiros.

Dieter Brühl

A Justiça Militar Estadual.

Álvaro Lazzarini

A Declaração de Inconstitucionalidade sem a Pronúncia da Nulidade da Lei – Unvereinbarkeitserklärung – na Jurisprudência da Corte Constitucional Alemã.

Gilmar Ferreira Mendes

Da Responsabilidade do Estado por Atos de Juiz em Face da Constituição de 1988.

A.B. Cotrim Neto

Serviço Público – Função Pública – Tipicidade – Critérios Distintivos.

Hugo Gueiros Bernardes

Considerações Atuais sobre o Controle da Discricionariedade.

Luiz Antônio Soares Hentz

Sistema Brasileiro de Controle da Constitucionalidade. Sara Maria Stroher Paes

O controle Interno de Legalidade pelos Proc. do Estado.

Cléia Cardoso

Controle Externo do Poder Judiciário.

José Eduardo Sabo Paes

Tutela Jurídica sobre as Reservas Extrativistas.

Manoel Eduardo Alves Camargo e Gomes e Luiz Daniel Felipe.

Legislação Ambiental Brasileira – Evolução Histórica do Direito Ambiental.

Ann Helen Wainer

Princípios Gerais de Direito Ambiental Internacional e a Política Ambiental Brasileira.

Paulo Affonso Leme Machado

Construção e Desconstrução do Discurso Culturalista na Política Africana do Brasil.

José Flávio Sombra Saraiva

História das Idéias Penais na Alemanha do Pós-Guerra.

Winfried Hassemer

Aspectos do Discurso Jurídico-Penal (Material e Formal) e sua Ilegitimidade.

Sérgio Luiz Souza Araújo

Proceso, Democracia y Humanización.

Juan Marcos Rivero Sánchez

O Combate à Corrupção e à Criminalidade no Brasil: Cruzadas e Reformas.

Geraldo Brindeiro

Liderança Parlamentar

Rosinethe Monteiro Soares

Considerações Acerca de um Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Rubem Nogueira

Entraves à Adoção do Parlamentarismo no Brasil.

Carlos Alberto Bittar Filho

Loucura e Prodigalidade à Luz do Direito e da Psicanálise.

Clóvis Figueiredo Sette Bicalho e Omar Brina Corrêa Lima

Usucapião Urbano.

Rogério M. Leite Chaves

O Código do Consumidor e o Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos Comerciais e Industriais.

Adriano Perácio de Paula

Dos Contratos de Seguro-Saúde no Brasil.

Maria Leonor Baptista Jourdan

A Nova Regulamentação das Arbitragens.

Otto Eduardo Vizeu Gil

Os Bancos Múltiplos e o Direito de Recesso.

Arnoldo Wald

O Dano Moral e os Direitos da Criança e do Adolescente.

Roberto Senize Lisboa

A Aids Perante o Direito.

Licínio Barbosa

Os pedidos avulsos ou de assinatura anual deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal, ou de vale postal remetido à agência APT Senado (no valor total já estarão incluídos os acréscimos referentes à remessa pela ECT). Para solicitar catálogo de preços, escreva para: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas – Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22º andar 70165-900, Brasília, DF. Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589 – Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 – Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário: Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do Cegraf, pelo estacionamento à esquerda)

**CENTRO GRÁFICO
DO SENADO FEDERAL**



A N O S
1963 1994

**IMPRIMINDO A HISTÓRIA
DO CONGRESSO NACIONAL**

EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS